

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS - CCJ  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO – DIR

**LUDYMILLA KUHNEN DA SILVA**

**TORCIDAS ORGANIZADAS:  
CAUSAS SOCIAIS E A (IN)EFICAZ LEGISLAÇÃO BRASILEIRA**

Florianópolis/SC

2017

**LUDYMILLA KUHNEN DA SILVA**

**TORCIDAS ORGANIZADAS:  
CAUSAS SOCIAIS E A (IN)EFICAZ LEGISLAÇÃO BRASILEIRA**

Monografia submetida à Universidade  
Federal de Santa Catarina, para a obtenção  
do título de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Mikhail Vieira de  
Lorenzi Cancelier

Co-orientador: Prof. Rodrigo Steinmann  
Bayer

Florianópolis/SC

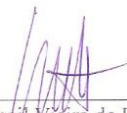
2017

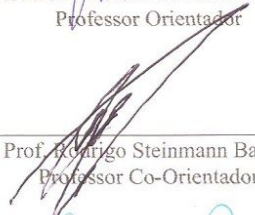
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO


TERMO DE APROVAÇÃO

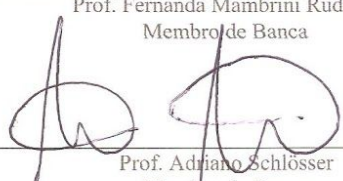
O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado **“TORCIDAS ORGANIZADAS: CAUSAS SOCIAIS E A (IN)EFICAZ LEGISLAÇÃO BRASILEIRA”**, elaborado pelo(a) acadêmico(a) **“Ludymilla Kuhn da Silva”**, defendido em **04/07/2017** e aprovado pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 9,5 (nota em 10), cumprindo o requisito legal previsto no art. 10 da Resolução nº 09/2004/CES/CNE, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução nº 01/CCGD/CCJ/2014.

Florianópolis, 04 de julho de 2017

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Mikhail Vieira de Lorenzi Cancellier  
Professor Orientador

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Rodrigo Steinmann Bayer  
Professor Co-Orientador

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Fernanda Mambrini Rudolfo  
Membro de Banca

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Adriano Schlösser  
Membro de Banca



**Universidade Federal de Santa Catarina**  
**Centro de Ciências Jurídicas**  
**COORDENADORIA DO CURSO DE DIREITO**

**TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO INEDITISMO DO TCC E**  
**ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA**

Aluno(a): Ludymilla Kuhnen da Silva

RG: 6.689.213

CPF: 091.744.999-12

Matrícula: 13101436

Título do TCC: TORCIDAS ORGANIZADAS: CAUSAS SOCIAIS E A (IN)EFICAZ  
LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Orientador(a): Prof. Dr. Mikhail Vieira de Lorenzi Cancelier

Eu, Ludymilla Kuhnen da Silva , acima qualificado(a); venho, pelo presente termo, assumir integral responsabilidade pela originalidade e conteúdo ideológico apresentado no TCC de minha autoria, acima referido

Florianópolis, 04 de julho de 2017.

---

## AGRADECIMENTOS

A Deus.

À toda minha família, meu alicerce necessário, o apoio de todos os momentos, a proteção e felicidade que transbordam meu coração.

À minha mãe, Marinei Aparecida Kuhnen da Silva, por nunca ter se ausentado do meu lado, por nunca deixar-me desistir diante de um desafio, por sempre acreditar que sou capaz de realizar qualquer desejo que eu tenha e por não permitir que eu me abalasse durante toda a trajetória do curso. Obrigada por todo amor, carinho e força. *Cuida do meu coração, da minha vida, do meu destino.*

Ao meu *paidrastr*o, Agnaldo José da Silva, por ter me apresentado a paixão pelo Sport Club Internacional e por ter me acolhido em seu coração.

Aos meus irmãos, Tiago Kuhnen da Silva e Lucas Eduardo Kuhnen da Silva, que sempre estiveram ao meu lado me apoiando na busca pela finalização do curso. A vida com vocês é mais alegre.

Ao meu padrinho, Cidinei Alaor Kuhnen, e minha tia Charlene Rocha Costa, por me lembrarem sempre o quão especial e inteligente sou.

Ao meu namorado, Samuel Murilo Rabelo, que encorajou-me durante todo o andamento deste trabalho e sempre me lembrou da minha capacidade. *O fim nem precisa rimar.*

Aos meus dois companheiros caninos de TCC: Thobias e Valente por sempre esquentarem meus pés durante o desenvolvimento do mesmo.

À minha mais que amiga, Bruna de Oliveira da Silva, por ter estado comigo durante toda a trajetória do curso auxiliando-me em todas minhas necessidades e fraquezas. Amizade verdadeira que levo da UFSC para a vida.

Aos meus amigos Lucas Nicholas Santos de Souza e Lucas Nicolau Guimarães por fazerem parte desse laço de amizade que o curso de Direito proporcionou. Às minhas amigas Franciele Carvalho Lucas, Francieli da Rosa e Leticia Carolina Alves da Silva, por terem me apoiado e acreditado em mim para a conclusão deste trabalho e

todos componentes do grupo “*raça*”.

A todos os professores que me ajudaram na caminhada do curso e principalmente aos que me orientaram para a conclusão deste trabalho. Especialmente ao Professor Rodrigo Steinmann Bayer, que embarcou comigo em busca do sucesso e realização do presente trabalho, ao Professor Doutor Mikhail Vieira de Lorenzi Cancelier, pela ajuda de suma importância como orientador, à Professora Fernanda Mambrini Rudolfo e ao Professor Adriano Schlösser por aceitarem o convite para compor a banca e fazer parte deste feito memorável de conclusão do curso de Direito na Universidade Federal de Santa Catarina.

## RESUMO

Este trabalho se propõe a analisar o fenômeno das Torcidas Organizadas desde sua criação até os dias atuais, como também o papel e a importância das mesmas referentes às questões sociais e culturais. Utilizar-se-á da Psicologia Social para trazer o comportamento de indivíduos quando estão em grupos, os denominados grupos sociais. Em um grupo social a vontade de todos é superior à vontade individual, o que acaba refletindo no indivíduo um sentimento de impunidade. Os crimes praticados nos estádios de futebol serão estudados através das emoções sentidas pelos torcedores ali presentes. Os diversos sentimentos que o torcedor experimenta durante uma partida de futebol pode mudar completamente o modo de agir do mesmo, como casos que serão estudados como exemplos em que indivíduos praticam determinados atos que fora do espaço do estádio o repudiam. O Estado tem, atualmente, como ferramenta a Polícia Militar, que realiza a segurança nos estádios de futebol e em suas proximidades durante as partidas. A falta de especialização de tal corporação para agir com o público torcedor faz com que a mesma não seja adequada para estar presente em tais eventos esportivos. Entre o Estatuto de Defesa do Torcedor e o Código Brasileiro de Justiça Desportiva há decisões da Justiça Comum que são muito utilizadas para casos desportivos que serão exemplificados com casos concretos. A utilização da Justiça Comum, mesmo tempo órgãos especializados, é permitida, porém o que poderá ser levantado como dúvida é: as decisões proferidas pela Justiça Comum, sozinha, é eficaz perante processos envolvendo torcedores? Vê-se a necessidade da presença da justiça especializada, em que trabalhará com o Código Brasileiro de Justiça Desportiva e o Estatuto de Defesa do Torcedor para que a decisão sirva como punição para o torcedor e/ou clube e que irá afetar não só o financeiro, através de multas, mas também que sirva como algo que vá evitar que casos do mesmo gênero voltem a acontecer. As penas nos códigos e leis desportivas acabam sendo mais eficazes por serem, justamente, especializadas. O fenômeno da violência das Torcidas Organizadas não deve ser combatido sozinho, deve haver o diálogo direto entre representantes do governo, das torcidas e até mesmo dos clubes para a criação, aplicação e fiscalização de medidas para erradicar a violência nos estádios de futebol, a fim de torná-lo novamente um ambiente seguro e de lazer.

Palavras-Chave: Torcidas Organizadas. Violência. Futebol. Estádios de Futebol.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>1 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS SOBRE AS TORCIDAS ORGANIZADAS.....</b>	<b>11</b>
1.1 HISTÓRICO NACIONAL SOBRE O MOTIVO E A CRIAÇÃO DAS PRIMEIRAS TORCIDAS ORGANIZADAS.....	12
1.2 PSICOLOGIA SOCIAL E O COMPORTAMENTO EM GRUPOS.....	15
1.3 O PODER DA MÍDIA.....	18
1.4 A VIOLÊNCIA DAS TORCIDAS ORGANIZADAS.....	20
<b>2 A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA FRENTE À VIOLÊNCIA NOS ESTÁDIOS DE FUTEBOL.....</b>	<b>23</b>
2.1 PENALIDADES E SUA INEFICIÊNCIA.....	25
2.2 A LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO.....	34
2.3 A AUSÊNCIA E O DESPREPARO DO ESTADO.....	36
<b>3 A MANUTENÇÃO DAS TORCIDAS ORGANIZADAS BRASILEIRAS.....</b>	<b>40</b>
3.1 A POSTURA DO ESTADO.....	41
3.2 A VISÃO DA TORCIDA ORGANIZADA PERANTE A SOCIEDADE.....	43



3.3 A	ANATORG	E	FERRAMENTAS	DE
	CONTROLE.....	46		
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>51</b>		
	<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....</b>	<b>56</b>		

## INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe a analisar o fenômeno das Torcidas Organizadas desde sua criação até os dias atuais, como também o papel e a importância das mesmas referentes às questões sociais e culturais.

As torcidas organizadas têm um papel primordial durante as partidas de futebol, não só em relação ao incentivo aos jogadores, mas também à admiração que desperta em outros torcedores que não fazem parte do grupo.

Foi a partir da década de 80 os números de brigas causadas pelas torcidas organizadas foi crescendo cada vez mais e se tornou pauta nas mídias e na sociedade como um todo.

O que desencadeou o desejo de desenvolver o presente trabalho foi a falta de ferramentas que o Brasil possui, não só para lidar com as violências nos estádios e as torcidas organizadas, mas também para a prevenção de tais atos.

A paixão da autora pelo futebol foi um forte impulso para tratar do tema do presente trabalho, abarcando a função das torcidas organizadas dentro e fora do campo, o papel da mídia e o despreparo do Estado para lidar com a situação. Assim como a

admiração por torcidas organizadas e a falta de uma medida eficaz para lidar com o problema da violência nos estádios de futebol do Brasil, incentivou na decisão de buscar desconstruir a visão que a sociedade tem sobre torcidas organizadas, trazendo também o viés psicológico social a respeito do comportamento dos integrantes dessas associações e o sentimento dos mesmos.

Um dos pontos a ser debatido durante o trabalho é a falta de fiscalização e preparo dos agentes de segurança presentes em dias de jogo, seja nos estádios de futebol ou em seus arredores. Por exemplo, em diversas idas da autora em estádios de futebol, a mesma raramente teve sua bolsa revistada, em alguns casos não ocorria nem mesmo a revista pessoal, por falta da presença de uma policial feminina. Fica mister salientar novamente o despreparo, ou até mesmo desinteresse, dos policiais militares para averiguação de possíveis ilícitos entrarem no ambiente dos estádios, como drogas e bebidas alcóolicas.

O primeiro capítulo irá tratar sobre o nascimento das torcidas organizadas brasileiras e os motivos que estiveram por trás da associação de jovens que estavam na margem da sociedade. Irá discorrer também sobre a torcida dos *hooligans*, da Inglaterra e a forte influência que acabaram por desencadear nas torcidas do Brasil, sejam as influências exercidas através das mídias ou as que afetaram diretamente o comportamento dos membros das torcidas organizadas.

Ademais, a parte inicial do trabalho irá expor sobre o comportamento dos integrantes das associações quando estão em grupo, sob a ótica da psicologia social. Trazendo um estudo sobre as emoções e os sentimentos que os componentes das torcidas organizadas sentem quando estão juntos como um só grupo.

Ainda no primeiro capítulo a mídia será posta em evidência, estudando o impacto que a mesma tem com relação às torcidas organizadas. Por fim, a violência que se encontra presente nas torcidas organizadas irá ser estudada e debatida trazendo também casos concretos.

O segundo capítulo irá dispor sobre a legislação brasileira e as ferramentas que o Estado tem para abordar o tema aqui exposto. Dedicar-se-á também sobre a liberdade de

associação, um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988, o Código Brasileiro de Justiça Desportiva e o Estatuto de Defesa do Torcedor.

Será exposto também a relação entre a Justiça Comum e a Justiça Desportiva em casos em que os crimes foram cometidos nos estádios de futebol ou tem relação com torcedores.

Ao final será colocado em pauta o despreparo do Estado e a ausência do mesmo referente às torcidas organizadas e os problemas que as envolvem.

O terceiro e último capítulo irá discorrer sobre a postura que o Estado tem frente aos casos de violência. Chamar-se-á atenção para a necessidade da presença do mesmo para que medidas sejam criadas e aplicadas com eficiência e fiscalização a fim de diminuir casos de confrontos entre torcedores. Como também a necessidade da presença do Estado para estudar os agentes causadores de violência nos estádios de futebol. Trará também informações sobre a Associação Nacional das Torcidas Organizadas e o papel da mesma em tal meio. Por fim, terá a exposição da importância de reuniões e diálogos entre Estado, diretorias dos clubes e das torcidas organizadas para buscar soluções imediatas para a amenização de conflitos nos estádios de futebol e seus arredores.

## **1 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS SOBRE AS TORCIDAS ORGANIZADAS**

A criação das torcidas organizadas se deu através de uma questão social. Onde na década de 60 e início dos anos 70 foram criadas. Durante este período o Brasil buscava desenvolvimento econômico esquecendo, assim, das questões sociais. Prevalecia o interesse do capital, e isso causou um abalo na consciência social, principalmente nos jovens que não tinham no que se espelhar.<sup>1</sup>

Na época da criação das primeiras torcidas organizadas o Estado estava preocupado no crescimento e avanço econômico, deixando de lado os segmentos sociais. Os jovens daquela época não tinham no que se inspirar e as torcidas organizadas acabaram por transmitir um sentimento de pertencimento a um grupo, e

---

<sup>1</sup> PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. Violência entre Torcidas Organizadas de Futebol. São Paulo, 2000, p. 41.

isso atraiu dezenas de jovens para se associar a tal organização.<sup>2</sup>

Atualmente, há vários projetos que preveem o fim das torcidas organizadas, que serão exemplificados nos próximos capítulos. Foi em 2016 que a ideia da realização de partidas de futebol com portões fechados<sup>3</sup> ou até mesmo que aumentassem o preço dos ingressos para que apenas a elite<sup>4</sup> frequentasse os estádios. Categorizando os membros das torcidas organizadas como “marginais” e de classes mais baixas.

## 1.1 HISTÓRICO NACIONAL SOBRE O MOTIVO E A CRIAÇÃO DAS PRIMEIRAS TORCIDAS ORGANIZADAS

O futebol foi trazido para o Brasil pelo inglês Charles Miller em 1894.<sup>5</sup> Inicialmente, o esporte era exclusivo da elite, foi somente em 1920 que os negros e os pobres puderam praticar o futebol.<sup>6</sup> Desde então o futebol está inserido como símbolo da cultura brasileira.

O conflito entre os poderes econômicos e sociais à época do surgimento das torcidas organizadas brasileiras foi um fator importante que impactou a vida dos jovens daquele tempo. O interesse no capital acabou, de certa forma, colocando em segundo plano as necessidades sociais, o que despertou ainda mais o interesse dos jovens a ingressarem em grupos onde os integrantes têm algo em comum, o que no caso, foi o time de futebol. Esses grupos sociais, tema que será explicada no próximo item, acaba

---

<sup>2</sup> PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. *Violência entre Torcidas Organizadas de Futebol*. São Paulo, 2000, p. 41.

<sup>3</sup> Disponível em <<http://zip.net/bjtJSH>>

<sup>4</sup> Como elite entende-se uma minoria prestigiada constituída por aqueles que são considerados superiores. (Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa: Porto Editora)

<sup>5</sup> Disponível em <<http://zip.net/bdtKzq>>

<sup>6</sup> Disponível em <<http://zip.net/brtJ4l>>

por despertar uma reprodução de ações, um *modus operandi*.<sup>7</sup>

“Aprendemos com as ciências de observação e a filosofia que o homem é um ser social e, por isso, tende a se unir ao semelhante. Ora, um dos meios de concretizar essa união é, sem dúvida, a Torcida Organizada”.<sup>8</sup>

Como qualquer outro grupo social, as torcidas organizadas criam em seus associados um sentimento de pertencimento a um grupo, uma união recíproca, um interesse em comum.

Foi na Copa do Mundo de 1966, na Inglaterra, onde as torcidas organizadas chamaram atenção da sociedade para fatos que ocorrem não só no campo de futebol, como também nas arquibancadas. O chamado *hooliganismo*, que acabou se tornando pauta mundial.<sup>9</sup>

Nos jornais, os hooligans eram definidos como torcedores que descontavam suas frustrações pessoais nos estádios de futebol. Eram caracterizados como jovens do sexo masculino, de baixo poder socioeconômico, residentes de bairros mais carentes e que se encontravam à margem da sociedade. Esses grupos eram formados por jovens carentes que não tinham a atenção que necessitavam do Estado, onde viviam de forma precária em relação à educação, moradia, saúde e emprego.<sup>10</sup>

A rivalidade teve início nos espaços públicos, onde grupos rivais poderiam se encontrar. Esses jovens, os *hooligans*, ao se encontrarem com seus adversários, sentiam emoção e certo prazer em intimidar os torcedores de clubes rivais, e, por estarem em grupo, não sentiam qualquer tipo de culpa ou sofriam qualquer tipo de "bloqueio" mental nas suas ações. O líder do grupo era aquele que provocava seus adversários, que

---

<sup>7</sup> PIMENTA, Carlos Alberto. Torcidas Organizadas de Futebol: Identidade e identificações, dimensões cotidianas. Buenos Aires: CLACSO, 2003, p. 42.

<sup>8</sup> LIMA, Vanderlei de. Ex-dirigente da TOPPAZ, Torcida Organizada Pela Paz. Disponível em <<http://zip.net/bvtLww>>

<sup>9</sup> HOLLANDA, Bernardo Borges de; AZEVEDO, Anna Luiza; QUEIROZ, Ana Luisa. DAS TORCIDAS JOVENS ÀS EMBAIXADAS DE TORCEDORES: UMA ANÁLISE DAS NOVAS DINÂMICAS ASSOCIATIVAS DE TORCER NO FUTEBOL BRASILEIRO. Recorde: Revista de História do Esporte, Volume 7, número 1, janeiro-junho de 2014, p. 7.

<sup>10</sup> HOLLANDA, Bernardo Borges de; AZEVEDO, Anna Luiza; QUEIROZ, Ana Luisa. DAS TORCIDAS JOVENS ÀS EMBAIXADAS DE TORCEDORES: UMA ANÁLISE DAS NOVAS DINÂMICAS ASSOCIATIVAS DE TORCER NO FUTEBOL BRASILEIRO. Recorde: Revista de História do Esporte, Volume 7, número 1, janeiro-junho de 2014, p. 8.

ia para os embates corporais, e isso despertava certo desejo de ter esse comportamento agressivo para se sentir cada vez mais como um membro do grupo.<sup>11</sup>

No Brasil, a ênfase que a mídia deu para a violência das torcidas organizadas da Inglaterra, onde eram inclusive transmitidas pela televisão, deu um certo impulso na conduta dos torcedores brasileiros. A mídia começou a tratar as torcidas organizadas como facções e seus membros como vândalos.<sup>12</sup>

O futebol no Brasil tem um papel importante na vida de centenas de crianças.<sup>13</sup> Crianças essas que vivem na periferia, onde o Estado é omissos desde a motivação da criação das torcidas organizadas e a razão para os jovens da época ingressarem nas associações, e os mesmos crescem com o sonho de tornarem-se jogadores de futebol para poder dar uma vida melhor para sua família.<sup>14</sup>

Nas palavras de Alice Monteiro de Barros:

“O esporte tem uma função social relevante, pois além de propiciar interação entre os grupos sociais, com enriquecimento cultural, ele atua como um instrumento de equilíbrio pessoal.

Isso, porque, quando o praticamos, fugimos do sedentarismo, melhorando a forma física e, quando o assistimos, identificamo-nos com os ídolos e extravasamos vários tipos de emoções reprimidas no dia a dia, principalmente dos que vivem nos grandes centros.”<sup>15</sup>

Há de ressaltar a importância do futebol também quanto cultura do Brasil.<sup>16</sup> Sendo um forte elemento atrativo brasileiro visto pelos estrangeiros. Nosso país é considerado o “país do futebol”.

---

<sup>11</sup> HOLLANDA, Bernardo Borges de; AZEVEDO, Anna Luiza; QUEIROZ, Ana Luisa. DAS TORCIDAS JOVENS ÀS EMBAIXADAS DE TORCEDORES: UMA ANÁLISE DAS NOVAS DINÂMICAS ASSOCIATIVAS DE TORCER NO FUTEBOL BRASILEIRO. *Recorde: Revista de História do Esporte*, Volume 7, número 1, janeiro-junho de 2014, p. 9.

<sup>12</sup> HOLLANDA, Bernardo Borges de; AZEVEDO, Anna Luiza; QUEIROZ, Ana Luisa. DAS TORCIDAS JOVENS ÀS EMBAIXADAS DE TORCEDORES: UMA ANÁLISE DAS NOVAS DINÂMICAS ASSOCIATIVAS DE TORCER NO FUTEBOL BRASILEIRO. *Recorde: Revista de História do Esporte*, Volume 7, número 1, janeiro-junho de 2014, p. 12.

<sup>13</sup> Disponível em <<http://zip.net/bptKC9>>

<sup>14</sup> PIMENTA, Carlos Alberto. *Torcidas Organizadas de Futebol: Identidade e identificações, dimensões cotidianas*. Buenos Aires: CLACSO, 2003. p. 41-41

<sup>15</sup> *Atleta profissional do futebol em face da “Lei Pelé” – Lei nº 9.615, de 24-3-1998*. Publicada na Síntese Trabalhista nº 126. 99.

<sup>16</sup> Disponível em <<http://zip.net/bgtJWT>>

As torcidas organizadas são a imagem e definição do que é torcer no Brasil, de como é ser um torcedor brasileiro. A festa durante as partidas, os cantos, as danças e a paixão dos brasileiros pelo futebol é algo que já está enraizado na cultura nacional e que é vista com bons olhos no exterior pelo modo de torcer.<sup>17</sup>

Os jovens que buscavam fazer parte das torcidas organizadas, tinham como desejo o de pertencimento a um grupo,

“No encaminhamento das políticas públicas (...) viu-se o esvaziamento do sujeito social no sentido coletivo do termo, e a desarticulação das relações na esfera do público, reforçando as individualizações e as atomizações dos movimentos sociais, incluindo os movimentos de jovens e transformando-os em acontecimentos ora de busca de pertencimento ora de auto-afirmação, onde a violência norteia a constituição da identidade e das identificações dos membros desses grupos”.<sup>18</sup>

O Estado precisa dispor de mais atenção às torcidas organizadas e aos seus membros. Há a necessidade da presença do Estado para a diminuição ou até mesmo o fim da violência nos estádios de futebol ou quando a motivação para brigas advenha de torcidas organizadas. Junto com o Estado, para entender o fenômeno das torcidas organizadas, pode-se realizar um estudo dos membros da associação à luz da psicologia social.

## 1.2 PSICOLOGIA SOCIAL E O COMPORTAMENTO EM GRUPOS

A torcida organizada hoje é vista como algo negativo, algo violento, que acaba causando muitas vezes medo entre os torcedores do mesmo time.<sup>19</sup>

Pode-se concluir que em dias de jogos os torcedores ficam com a adrenalina

---

<sup>17</sup> Disponível em <<http://zip.net/bqtK2V>>

<sup>18</sup> PIMENTA, Carlos Alberto. Torcidas Organizadas de Futebol: Identidade e identificações, dimensões cotidianas. Buenos Aires: CLACSO, 2003, p. 41.

<sup>19</sup> Disponível em <<http://zip.net/bxtLPM>>



mais aflorada, com sentimentos que podem variar de indignação e raiva até alegria e orgulho. Porém, isso não pode ser um motivo para acabar com as torcidas organizadas. É necessário buscar ferramentas para resolver o problema de forma eficaz e não incisiva.

As torcidas organizadas podem ser encaixadas nos chamados grupos sociais. Um grupo social<sup>20</sup> é onde há interação, interdependência e consciência mútua, onde há um núcleo comum aos membros de determinado grupo, onde todos praticam a mesma atividade com o mesmo fim, o que acaba criando um forte vínculo entre seus membros.

Fazer parte de determinado grupo faz com que, ao exercer alguma atividade, os membros tenham a sensação de que não serão avaliados individualmente, o que acarreta um certo relaxamento quanto às possíveis sanções. Quando a torcida organizada está nos estádios, os membros se veem como um grupo, como um todo, e não como indivíduos, isso faz com que cada um perca sua identidade pessoal, para se juntar à atividade grupal, a identidade do próprio grupo.<sup>21</sup>

O que faz alguém querer pertencer a um grupo é a sua identificação com os membros e com o objetivo do mesmo. Um torcedor que quer fazer parte de uma torcida organizada se sente atraído pela mesma paixão que os membros têm pelo time, pelos mesmos comportamentos, o que faz se sentir à vontade estando entre os demais torcedores.

Em um estádio os torcedores acabam se sentindo parte de algo muito maior que a sua própria individualidade e isso acarreta um sentimento de anonimato, de poder fazer e não ser punido por estar no meio de muitos outros torcedores. Esse sentimento faz com que os membros da torcida (que já não se sentem mais indivíduos) tenham comportamentos que surgem apenas quando estão naquela situação, onde se sentem, de certa forma, blindados por estarem no meio de um grupo, a torcida organizada. O que

---

<sup>20</sup> “Um grupo de duas ou mais pessoas que interagem e partilham objetivos comuns, possuem uma relação estável, são mais ou menos interdependentes e percebem que fazem, de fato, parte de um grupo”.(RODRIGUES, Aroldo; ASSMAR, Eveline Maria Leal JABLONSKI, Bernardo. Psicologia Social. 29. Ed. Revista e atualizada. Rio de Janeiro: Vozes, 2012, p. 508)

<sup>21</sup> RODRIGUES, Aroldo; ASSMAR, Eveline Maria Leal; JABLONSKI, Bernardo. Psicologia Social. 29. Ed. Revista e atualizada. Rio de Janeiro: Vozes, 2012, p. 511-512.

fala mais alto não são os padrões internos de cada torcedor e sim os padrões e comportamentos de estar participando desse grupo.<sup>22</sup>

Esse comportamento é o reflexo no indivíduo do grupo que ele está inserido, a questão da repetitividade de tal comportamento acaba criando uma cultura própria, um modo de agir do grupo. Pode-se dizer que a cultura das torcidas organizadas é a violência contra seus adversários, os cânticos ofensivos, o sentimento de impunidade por estar em grupo e o fator de que, neste grupo, tal comportamento é considerado “parte” de sua cultura, algo que está, de certa forma, enraizado na essência das torcidas organizadas.<sup>23</sup>

Os integrantes desse grupo acabam interagindo com os outros membros e participando das atividades para que se identifiquem cada vez mais com o grupo, para ser parte do grupo.

Os casos de violência nos estádios de futebol brasileiros vêm crescendo dia após dia. Deixaram de ocupar apenas os espaços dos estádios, mas também em trens, ônibus e vias públicas, onde torcedores dos times adversários são perseguidos e espancados, como em 2015 no caso em que um torcedor do Sociedade Esportiva Palmeiras de apenas 25 anos, foi espancado por torcedores do Santos Futebol Clube após o clássico entre os times e acabou falecendo por politraumatismo craniano.<sup>24</sup>

Quando a sociedade recebe notícias como essa e muitas outras do mesmo gênero, acabam por aceitar a ideia do fim das torcidas organizadas. Mas seria essa uma solução eficaz? A dissolução das organizações seria um impedimento para que os associados frequentassem as partidas de futebol? Ou fizesse com que o sentimento de amor e paixão de um torcedor diminuísse perante seu clube do coração? O objetivo do presente estudo é analisar o fenômeno das Torcidas Organizadas desde sua criação até os dias atuais, como também o papel e a importância das mesmas referentes às questões sociais e culturais.

---

<sup>22</sup> RODRIGUES, Aroldo; ASSMAR, Eveline Maria Leal; JABLONSKI, Bernardo. Psicologia Social. 29. Ed. Revista e atualizada. Rio de Janeiro: Vozes, 2012, p.516-517.

<sup>23</sup> CARVALHO, Anderson Tonnera de. O comportamento humano nas organizações. 2013. Disponível em <<http://zip.net/bttLnQ>>

<sup>24</sup> Disponível em <<http://zip.net/bstKhj>>

A visão que a sociedade tem dos integrantes de torcidas organizadas é de que são marginais e usam a associação como porta para a violência.<sup>25</sup> Fernando Capez pensa diferente:

“(…) o recrudesimento dos problemas sociais e econômicos, o considerável aumento da distância entre os segmentos sociais, o alastramento generalizado da miséria, a falta de emprego e de acesso a um sistema de educação e saúde minimamente adequados, entre tantos outros problemas, acabaram criando perigosos focos de tensão social.”<sup>26</sup>

Todo comportamento do ser humano é um reflexo da sociedade em que vive,

“(…) todo o ritual de torcer, catalisado, amplificado e codificado pelas torcidas organizadas influenciam e serão influenciados pela vida cotidiana. É fácil perceber isso quando levamos em consideração que as torcidas organizadas vão adaptar músicas, alterando suas letras e readaptando sua estrutura para entoar cânticos nos estádios, (...)”<sup>27</sup>

Portanto, não há razão para analisar o fenômeno das torcidas organizadas sem fazer um estudo e uma conexão com a realidade social em que vive. É importante

“refazer a trajetória desses atores esportivos desde o seu surgimento até os dias de hoje observando a aparência e o funcionamento dessas estruturas e de que modo esses organismos se reinventaram de acordo com o que se passava no corpo social brasileiro.”<sup>28</sup>

Há a necessidade de buscar soluções efetivas para conseguir alcançar a paz nos estádios de futebol e fora deles entre as torcidas. Ir até o centro do problema, encontrar

---

<sup>25</sup> HOLLANDA, Bernardo Borges de; AZEVEDO, Anna Luiza; QUEIROZ, Ana Luisa. DAS TORCIDAS JOVENS ÀS EMBAIXADAS DE TORCEDORES: UMA ANÁLISE DAS NOVAS DINÂMICAS ASSOCIATIVAS DE TORCER NO FUTEBOL BRASILEIRO. *Recorde: Revista de História do Esporte*, Volume 7, número 1, janeiro-junho de 2014, p. 3.

<sup>26</sup> CAPEZ, Fernando. Violência no futebol. In: LERNER, J. (ed). *A violência no esporte*. São Paulo, 1996. p. 49.

<sup>27</sup> GUILHON, Marcelo Faria. Sob a pena da lei: princípios constitucionais, o Estatuto do Torcedor e o cerco às torcidas organizadas no Brasil. *Esporte e Sociedade*, ano 9, 2014.

<sup>28</sup> GUILHON, Marcelo Faria. Sob a pena da lei: princípios constitucionais, o Estatuto do Torcedor e o cerco às torcidas organizadas no Brasil. *Esporte e Sociedade*, ano 9, 2014.

o motivo para que jovens se associem às torcidas organizadas e se envolvam em conflitos com torcedores rivais, para que haja uma cooperação mútua (do Estado, dos times e das próprias torcidas organizadas) para a diminuição e erradicação dos casos de violência.

### 1.3 O PODER DA MÍDIA

É mister salientar que a mídia influencia a sociedade através de seus programas de informações e entretenimento, onde há a transmissão de pontos de vista que já estão formados, que já tem um “lado certo”, uma maneira correta de pensar sobre determinado assunto. Os veículos midiáticos podem interferir em vários campos do cotidiano da sociedade, como exemplo as telenovelas, programas e séries.<sup>29</sup>

Hoje não é difícil encontrar, seja na televisão aberta ou na paga, programas onde o centro do *show* é a violência, como exemplos há os programas policiais “Cidade Alerta” e “Polícia 24h”, como também séries de entretenimento “24 horas”, “*Castle*”, “*CSI: Crime Scene Investigation*”, entre outras inúmeras do mesmo gênero.

O alcance de imagens de violência, explícita ou não, é um fator de *show business*. A mídia trabalha pela audiência, a tarefa implícita das emissoras é chamar a atenção do telespectador, fazer com que ele continue a assistir seus programas, levar para ele notícias que são relevantes para a sociedade. O descaso está com o sensacionalismo<sup>30</sup> como por exemplo, divulgar nomes e imagens de pessoas que estão sendo investigadas por algum crime, mas que não foram julgadas culpadas ou inocentes ainda, o que acarreta o desrespeito à vida humana. Como exemplo cita-se aqui um caso que será estudado mais adiante, em que uma torcedora do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense foi filmada gritando contra o goleiro do clube do Santos Futebol Clube a palavra “macaco”, ora, mesmo sendo um crime, a torcedora foi identificada e teve

---

<sup>29</sup> Disponível em <<http://zip.net/bxtLrf>>

<sup>30</sup> “Interesse da imprensa em buscar assuntos que provocam escândalos ou chocam a sociedade, geralmente de teor falso.” (Dicionário Online de Português: 7GRAUS)

diversos incômodos com a propagação de sua imagem, foi despedida, sua casa foi apedrejada e incendiada e teve que viver por um bom tempo escondida de todos.<sup>31</sup>

Quando o assunto são as torcidas organizadas, a mídia acaba tendo o mesmo papel de propagação de casos de violência, como citado acima, o que, muitas vezes, acaba gerando ainda mais conflito entre tais associações.<sup>32</sup> Através de meios de comunicação, outros torcedores ficam cientes de fatos como, por exemplo, “um torcedor do clube x agrediu outro torcedor do clube y”, mesmo que os torcedores não sejam associados às torcidas organizadas, isso pode acabar gerando nos torcedores do clube y um sentimento negativo quanto ao fato ocorrido. Mas não são só esses acontecidos que influenciam e provocam brigas entre torcedores, diversos fatores colaboram para a violência nos estádios de futebol, seja uma má atuação do clube no jogo, uma excessiva provocação do time rival, atuação ruim dos árbitros e até mesmo desentendimentos entre torcedores da mesma torcida.

Uma das maiores tragédias envolvendo as torcidas organizadas foi o acontecimento denominado como a Batalha Campal do Pacaembu<sup>33</sup>, ocorrida em 20 de agosto de 1995. Era a final da Supercopa São Paulo de Juniores, onde se enfrentaram São Paulo Futebol Clube e a Sociedade Esportiva Palmeiras. A entrada foi gratuita e todo o jogo, inclusive a confusão foram transmitidas ao vivo na televisão aberta, em um domingo de manhã.

Após o Palmeiras vencer o jogo e tornar-se campeão, torcedores invadiram o campo munidos de pedaços de madeira e outros tipos de armas brancas. O jogo contava com um baixo número de policiais, o que dificultou ao máximo o controle da confusão.

A Batalha Campal do Pacaembu foi o primeiro caso de briga de torcidas organizadas que foi levado a julgamento no Brasil.

Pelo fato de que todo o acontecido foi transmitido ao vivo na televisão aberta, a população começou a colocar em pauta e debater sobre o comportamento das torcidas organizadas nas partidas de futebol e a presença das mesmas nos estádios, assim como

---

<sup>31</sup> Disponível em <<http://zip.net/bxtLrf>>

<sup>32</sup> Disponível em <<http://zip.net/bhtK7P>>

<sup>33</sup> Disponível em <<http://zip.net/bftJVK>>

sua existência.

Assim como citado anteriormente, as torcidas organizadas são colocadas como algo ruim, onde seus membros são classificados como arruaceiros e violentos. A mídia, em todas as suas plataformas coopera com esse estereótipo.<sup>34</sup>

#### 1.4 A VIOLÊNCIA DAS TORCIDAS ORGANIZADAS

Nos últimos 17 anos, até fevereiro do presente ano, já haviam sido confirmadas 177 (cento e setenta e sete) mortes onde a motivação advém de conflitos entre torcidas organizadas. O número de 10 mortes por ano são preocupantes, o que traz a necessidade de uma maior atenção das autoridades públicas e dos próprios clubes que as torcidas organizadas estão ligadas.<sup>35</sup> Desde 1990, 90% das mortes ocorreram fora dos estádios, sejam nos seus arredores ou em encontros entre membros de torcidas organizadas rivais, o que acaba dificultando a identificação dos envolvidos.<sup>36</sup>

Uma pesquisa feita entre 2013 e 2014, realizada pelo IBOPE Inteligência e o jornal Lance! trouxe o número de pessoas, em porcentagem, que frequentam os estádios de futebol, o que, em parte, tem relação com a falta de segurança e possíveis acontecimentos que podem gerar a violência. Os números chegaram a 94% para as mulheres e 84% para os homens, que alegaram não irem à partidas de futebol de seus respectivos times.<sup>37</sup>

Outra pesquisa realizada pelo Instituto Stochos, feita com mais de 8.000 (oito mil) pessoas e divulgada em 2015, traz que 43% dos entrevistados alegaram que a falta de segurança os motiva a não comparecer em estádios de futebol. 84% dos interrogados colocam como responsáveis pela violência as torcidas organizadas.<sup>38</sup>

---

<sup>34</sup> Socióloga Heloísa Reis, disponível em <<http://zip.net/bhtK7P>>

<sup>35</sup> Disponível em <<http://zip.net/bhtK7P>>

<sup>36</sup> MURAD, Mauricio. Autor do livro “A Violência no Futebol - Novas pesquisas, novas ideias, novas propostas”. Disponível em <<http://zip.net/bwtKBM>>

<sup>37</sup> Disponível em <<http://zip.net/bgtJW1>>

<sup>38</sup> Disponível em <<http://zip.net/bstKHn>>

Segundo o Ministério do Esporte de todos os casos que envolvem violência no esporte, apenas 3% dos envolvidos são condenados.<sup>39</sup>

O reflexo do sistema judiciário brasileiro não deixa de afetar também a Justiça Desportiva, como explicitado no parágrafo acima. Em um levantamento feito pelo Conselho Nacional da Justiça, o estudo “Justiça em Números”, a cada 100 (cem) processos que aguardam julgamento, apenas 28,6% são julgados. O estudo foi divulgado em 2016, tendo como ano-base 2015.<sup>40</sup>

Como viu-se anteriormente, apenas 3% dos réus de casos que envolvem conflitos desportivos são condenados. Isso demonstra para os torcedores que há uma certa impunibilidade quanto aos crimes cometidos com relação aos times de futebol e suas respectivas torcidas.

Alguns membros das torcidas organizadas acabaram esquecendo o objetivo primário que a associação tem: o torcer pelo seu time. Não pode-se banalizar e dizer que todas as torcidas organizadas são violentas, tendo em vista que são vários membros e não há como generalizar e colocar a culpa em um por ato de outro, mesmo que sejam da mesma associação. No entanto, a imagem que as torcidas organizadas passam para a sociedade é de violência, tendo em vista o grande número de casos envolvendo torcedores.

No Campeonato Brasileiro de 2009 o clube Coritiba Foot-Ball Club foi rebaixado para a série B após um empate com o Fluminense Foot-Ball Club em seu estádio, com 35 mil torcedores presentes. Após o fim da partida deu-se início a uma batalha campal envolvendo torcedores do Coritiba Foot-Ball Club, policiais, árbitros e até jogadores do próprio time e do adversário. A torcida invadiu o campo de futebol armados com madeiras e pedras, mesmo com a tentativa dos policiais de barrarem a entrada dos mesmos no gramado, o que não surtiu efeito. Com o confronto, torcedores começaram a depredar o estádio de seu próprio clube com o intuito de encontrar armas brancas, como os bancos da arquibancada, para arremessar contra os policiais.<sup>41</sup>

---

<sup>39</sup> Disponível em <<http://zip.net/bstKHw>>

<sup>40</sup> Disponível em <<http://zip.net/bbtKgg>>

<sup>41</sup> Disponível em <<http://zip.net/brtKmg>>

O Superior Tribunal de Justiça Desportiva condenou o clube a 30 (trinta) jogos sem mando de campo e R\$ 610.000,00 (seiscentos e dez mil reais). Após recurso, a pena de 30 jogos passou para 10 sem mando de campo.<sup>42</sup> Já o Ministério Público do Paraná denunciou 14 torcedores do time Coritiba Foot-Ball Club. Em março de 2017, 6 (seis) dos torcedores envolvidos na briga generalizada foram a julgamento por tentativa de homicídio e lesão corporal e acabaram recebendo a condenação.<sup>43</sup>

O Estatuto do Torcedor em seu artigo 13-A elenca os devedores dos torcedores:

Art. 13-A: (...)

(...)

II - não portar objetos, bebidas ou substâncias proibidas ou suscetíveis de gerar ou possibilitar a prática de atos de violência;

III - consentir com a revista pessoal de prevenção e segurança;

IV - não portar ou ostentar cartazes, bandeiras, símbolos ou outros sinais com mensagens ofensivas, inclusive de caráter racista ou xenófobo;

V - não entoar cânticos discriminatórios, racistas ou xenófobos;

(...)

VIII - não incitar e não praticar atos de violência no estádio, qualquer que seja a sua natureza;

(...)

Parágrafo único. O não cumprimento das condições estabelecidas neste artigo implicará a impossibilidade de ingresso do torcedor ao recinto esportivo, ou, se for o caso, o seu afastamento imediato do recinto, sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis ou penais eventualmente cabíveis.

No caso citado no parágrafo acima, dos torcedores do clube de Curitiba, como visto no artigo 13-A, VIII, é dever do torcedor não agir com violência nos estádios de futebol. Os torcedores condenados pela Justiça deveriam receber também como sanção o impedimento de frequentar o estádio de futebol por tempo determinado, como regra o parágrafo único do referido artigo.

## **2 A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA FRENTE À VIOLÊNCIA NOS ESTÁDIOS**

---

<sup>42</sup> Disponível em <<http://zip.net/bftKmc>>

<sup>43</sup> Disponível em <<http://zip.net/bxtLc6>>



## DE FUTEBOL

O Desporto surgiu na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 217, que segue:

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;

IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

(...)

Para Scheyla Althoff, a Justiça Desportiva é:

“(...) uma instituição de direito privado dotada de interesse público, tendo como atribuição dirimir as questões de natureza desportiva definidas no Código Brasileiro de Justiça Desportiva, formada por um conjunto de instâncias autônomas e independentes das entidades de administração do desporto.”<sup>44</sup>

O Estatuto do Torcedor traz em seu 2º artigo o conceito de torcida organizada e a forma de cadastro de seus associados:

Art. 2º - A. Considera-se torcida organizada, para os efeitos desta Lei, a pessoa jurídica de direito privado ou existente de fato, que se organize para o fim de torcer e apoiar entidade de prática esportiva de qualquer natureza ou modalidade.

Parágrafo único. A torcida organizada deverá manter cadastro atualizado de seus associados ou membros, o qual deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:

---

<sup>44</sup> DECAT, Scheyla Althoff. Direito Processual Desportivo. Belo Horizonte: Del Rey, 2014. p. 40.

I – nome completo; II – fotografia; III – filiação; IV – número de registro civil; V – número do CPF; VI – data de nascimento; VII – estado civil; VIII – profissão; IX – endereço completo; X – escolaridade.

A Constituição Federal de 1988 tem em seu artigo 5º a liberdade de associação garantida:

XVII – é plena a liberdade de associação para fins lícitos, sendo vedado a de caráter paramilitar.

Ademais, o Código Brasileiro de Justiça Desportiva de 2010 traz em seu 1º artigo o papel da Justiça Desportiva e quem se submete ao mesmo:

Art. 1º A organização, o funcionamento, as atribuições da Justiça Desportiva brasileira e o processo desportivo, bem como a previsão das infrações disciplinares desportivas e de suas respectivas sanções, no que se referem ao desporto de prática formal, regulam-se por lei e por este Código.

§ 1º Submetem-se a este Código, em todo o território nacional:

I - as entidades nacionais e regionais de administração do desporto;

II - as ligas nacionais e regionais;

III - as entidades de prática desportiva, filiadas ou não às entidades de administração mencionadas nos incisos anteriores;

IV - os atletas, profissionais e não-profissionais;

V - os árbitros, assistentes e demais membros de equipe de arbitragem;

VI - as pessoas naturais que exerçam quaisquer empregos, cargos ou funções, diretivos ou não, diretamente relacionados a alguma modalidade esportiva, em entidades mencionadas neste parágrafo, como, entre outros, dirigentes, administradores, treinadores, médicos ou membros de comissão técnica;

VII - todas as demais entidades compreendidas pelo Sistema Nacional do Desporto que não tenham sido mencionadas nos incisos anteriores, bem como as pessoas naturais e jurídicas que lhes forem direta ou indiretamente vinculadas, filiadas, controladas ou coligadas.

(...)

O Estatuto do Torcedor em seu artigo 13-A elenca os deveres dos torcedores:

Art. 13-A: (...)

(...)

II - não portar objetos, bebidas ou substâncias proibidas ou suscetíveis de gerar ou possibilitar a prática de atos de violência;

III - consentir com a revista pessoal de prevenção e segurança;

IV - não portar ou ostentar cartazes, bandeiras, símbolos ou outros sinais com mensagens ofensivas, inclusive de caráter racista ou xenófobo;

V - não entoar cânticos discriminatórios, racistas ou xenófobos;

(...)

VIII - não incitar e não praticar atos de violência no estádio, qualquer que seja a sua natureza;

(...)

Parágrafo único. O não cumprimento das condições estabelecidas neste artigo implicará a impossibilidade de ingresso do torcedor ao recinto esportivo, ou, se for o caso, o seu afastamento imediato do recinto, sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis ou penais eventualmente cabíveis.

Em seu artigo 39-A, o mesmo Estatuto prevê a pena para torcidas organizadas que se envolverem em brigas e tumulto:

Art. 39-A. A torcida organizada que, em evento esportivo, promover tumulto; praticar ou incitar a violência; ou invadir local restrito aos competidores, árbitros, fiscais, dirigentes, organizadores ou jornalistas será impedida, assim como seus associados ou membros, de comparecer a eventos esportivos pelo prazo de até 3 (três) anos.

## 2.1 PENALIDADES E SUA (IN)EFICIÊNCIA

Mesmo que estejam em grupo, nada impede que torcedores identificados que cometerem algum ilícito, algo que vá contra os códigos brasileiros, seja no criminal como também no cível, serão submetidos a processos de investigação e possíveis punições.

Assim como nas ruas, dentro dos estádios também acontecem crimes, um dos mais comuns são a injúria e os elencados na lei n. 11.343/2006, a Lei de Drogas.

A injúria do artigo 140 do Código Penal, que é um dos crimes mais comuns de

acontecerem durante partidas de futebol<sup>45</sup>, sejam praticados pelos torcedores ou até mesmo por jogadores e comissão técnica.

No dia 28 de agosto de 2014 uma torcedora do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense foi flagrada pelas câmeras de TV praticando o crime citado no parágrafo acima. O fato ocorreu durante o jogo pela Copa do Brasil entre Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense e Santos Futebol Clube. A mesma chamou o goleiro do clube paulista de “macaco”. Durante o jogo as câmeras puderam capturar outros torcedores fazendo gestos e usando expressões que fazem referência ao animal macaco direcionadas ao goleiro. No entanto, no caso da torcedora, a câmera a flagrou no ato, em uma tomada onde o rosto dela foi claramente exposto enquanto a mesma gritava em direção ao goleiro a palavra referida anteriormente. A repercussão na sociedade fora enorme, mesmo para os que não acompanham futebol.<sup>46</sup> O trabalho inicial, por assim dizer, foi feito por internautas, onde divulgaram na internet dados da torcedora, como nome completo e inclusive endereço, o que fez com que ela e sua família fossem obrigados a se mudar da casa onde moravam pois a mesma estava sendo apedrejada, pichada e incendiada.<sup>47</sup>

A ação da torcedora foi encaixada no § 3º do artigo 140 do Código Penal, onde dita:

Art. 140 - Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro:

Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

(...)

§ 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião ou origem:

Pena - reclusão de um a três anos e multa.

Outros três torcedores do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, que puderam ser

---

<sup>45</sup> Disponível em <<http://zip.net/bltKvj>>

<sup>46</sup> Disponível em <<http://zip.net/bqtK72>>

<sup>47</sup> Disponível em <<http://zip.net/bvtKCX>>

identificados, também foram processados. Fora oferecido acordo para suspensão do processo por injúria racial de forma condicional, onde os mesmos deveriam comparecer, durante 10 (dez) meses, a uma delegacia de polícia 1h (uma hora) antes de cada partida do Grêmio.<sup>48</sup> O problema enfrentado por essa pena é a não fiscalização do cumprimento da mesma, o que será posto em discussão mais adiante.

No Código Brasileiro de Justiça Desportiva também está a tipificação de injúria, no artigo 243-G:

Art. 243-G. Praticar ato discriminatório, desdenhoso ou ultrajante, relacionado a preconceito em razão de origem étnica, raça, sexo, cor, idade, condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência:

Pena: (...) suspensão pelo prazo de cento e vinte a trezentos e sessenta dias, se praticada por qualquer outra pessoa natural submetida a este Código, além de multa, de R\$ 100,00 (cem reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

§ 1º Caso a infração prevista neste artigo seja praticada simultaneamente por considerável número de pessoas vinculadas a uma mesma entidade de prática desportiva, esta também será punida com a perda do número de pontos atribuídos a uma vitória no regulamento da competição, independentemente do resultado da partida, prova ou equivalente, e, na reincidência, com a perda do dobro do número de pontos atribuídos a uma vitória no regulamento da competição, independentemente do resultado da partida, prova ou equivalente; caso não haja atribuição de pontos pelo regulamento da competição, a entidade de prática desportiva será excluída da competição, torneio ou equivalente.

§ 2º A pena de multa prevista neste artigo poderá ser aplicada à entidade de prática desportiva cuja torcida praticar os atos discriminatórios nele tipificados, e os torcedores identificados ficarão proibidos de ingressar na respectiva praça esportiva pelo prazo mínimo de setecentos e vinte dias.

(...)

Nota-se que o Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD) traz uma medida eficaz que afeta não só quem pratica o crime, mas como também o clube. Os Tribunais de Justiça Desportiva não têm um norte de como aplicar o código, não há a real execução do mesmo, o que poderia auxiliar as sanções que também afetariam os times

---

<sup>48</sup> Disponível em <<http://zip.net/bvtKCV>>

de futebol de forma mais eficiente, o que, possivelmente, iria forçar os clubes a aumentarem o controle sobre os torcedores que visitam os estádios e cometem crimes, tomando medidas para buscar o fim ou tentar, pelo menos, amenizar os casos de violências verbais e/ou físicas.<sup>49</sup>

Como visto no artigo citado acima do CBJD, os torcedores que forem identificados praticando a infração, poderiam ficar proibidos de frequentar o respectivo estádio de futebol por, no mínimo, 720 (setecentos e vinte) dias, o que resultaria em um pouco mais de 2 (dois) anos. Trazendo o exemplo da torcedora do Grêmio Foot-Ball Porto Alegre e os outros três identificados, a pena de afastamento do estádio foi de apenas 10 (dez) meses. Comparando as penas do Código Penal e do CBJD pode concluir-se que a aplicação das penas de ambos os códigos trariam, em conjunto, uma punição que afetaria de forma maior os clubes de futebol, que seriam responsáveis pela falta de controle de sua torcida, por não tomar medidas contra os torcedores que praticam o delito.

A Constituição Federal, em seu artigo 217 diz que:

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

§ 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

(...)

Nota-se que o intuito do dispositivo citado é que as lides que envolvem o desporto sejam tratadas numa jurisdição especializada, o que auxiliaria o desafogamento do poder judiciário.

Em 2014 um torcedor do Grêmio Foot-Ball Porto Alegre entrou na Justiça comum com uma ação tendo como pedido a reintegração do clube na Copa do Brasil do referido ano. O caso ocorreu após o clube ter sido punido após a torcida do mesmo ter cometido injúria contra o goleiro do Santos Futebol Clube. O caso, que já foi objeto de

---

<sup>49</sup> Disponível em <<http://zip.net/bwtJKP>>

estudo neste trabalho, fez com que um sócio do Grêmio, que também foi o autor da ação como advogado, entrasse com um pedido para que o próximo jogo da Copa do Brasil, já com o Grêmio Foot-Ball Porto Alegre excluído, não acontecesse. Já o clube entrou com recurso contra a decisão de exclusão no Superior Tribunal de Justiça Desportiva. No entanto, a decisão não foi revertida e o clube gaúcho não voltou à competição de 2014.<sup>50</sup>

A lei nº 9.615/98, mais conhecida como Lei Pelé, traz em seu §2º do artigo 52 que “o recurso ao Poder Judiciário não prejudicará os efeitos desportivos validamente produzidos em consequência da decisão proferida pelos Tribunais de Justiça Desportiva”. Portanto, pode-se concluir que ações proferidas na Justiça Comum não afetarão as da Justiça Desportiva e vice-versa, onde podem, e deveriam, ser aplicada ambas as penas e decisões.

Aqui cabe citar a importância da Justiça Desportiva em casos que envolvem desportos. A especialização que a mesma traz torna-se tão necessária quanto Varas Cíveis e Criminais para julgar casos de sua competência.

Outro crime cometido nos estádios brasileiros é o consumo de drogas. Um projeto do Tribunal de Justiça do Rio Grande do sul foi lançado em 2012 intitulado como “Droga no estádio? Não rola!”. Estavam envolvidos no projeto os clubes do Estado, Grêmio Foot-Ball Porto Alegre e o Sport Clube Internacional. O Desembargador Marcelo Bandeira Pereira citou a importância desse projeto para acabar com o consumo de drogas dentro dos estádios de futebol para criar um ambiente seguro e tranquilo para que famílias voltem a acompanhar os jogos de seus clubes em seus respectivos estádios. O projeto inclui esclarecimentos, prevenção e fiscalização. Haveriam nos estádios de futebol cartazes sobre o assunto, vídeos e falas em rádios e em redes sociais para alertar os torcedores que, assim como fora dos estádios, não é permitido o consumo de drogas durante as partidas de futebol.<sup>51</sup>

No início do projeto os resultados foram satisfatórios, tendo em vista que, à

---

<sup>50</sup> Disponível em <<http://zip.net/bttK3K>>

<sup>51</sup> Disponível em <<http://zip.net/bctJ9z>>

época, 70% dos casos julgados no Juizado Especial Criminal que envolviam casos ocorridos nos estádios de futebol e seus arredores, estariam relacionados com o consumo de drogas.<sup>52</sup> Hoje o projeto não está sendo aplicado como anteriormente, perdendo então, sua eficiência. Uma pesquisa feita pelo ZH Esportes em 2015 constatou que a falta de fiscalização faz com que o consumo de drogas e álcool nos estádios sejam frequentes e de fácil acesso.<sup>53</sup> As últimas notícias do programa são de 2013. Projetos assim deveriam ser levados adiante com seriedade já que há a necessidade e a importância de transformar o ambiente das arquibancadas dos estádios de futebol, tornando-as seguras e livres de crimes, onde possa voltar a ser agradável para todos torcedores.

Outros crimes que acontecem nos estádios de futebol e seus arredores são os furtos e roubos, que estão dispostos nos artigos 155 e 157 do Código Penal, onde uma torcida busca contrair bandeiras que pertencem a outra organizada do seu time adversário. Também podem ser presenciados o crime de difamação disposto no artigo 139 também do Código Penal, bem como o crime de lesão corporal que está no artigo 129 daquele código. Cabe frisar que o §4º da lesão corporal dita que “se o agente comete o crime impellido por motivo de relevante valor social ou moral ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.”, o que se encaixaria nos atos praticados em estádios de futebol onde os torcedores estariam exaltados com a partida de futebol e acabariam provocando brigas violentas que podem terminar inclusive em mortes.

Em 8 de fevereiro de 2013 durante o jogo pela Copa Libertadores da América na Bolívia, onde se enfrentavam *Club Deportivo San José* e Sport Club Corinthians Paulista, um torcedor do time boliviano, de apenas 14 anos, faleceu de forma instantânea ao ser atingido no rosto por um sinalizador, que fora disparado pela torcida do corinthians em direção à torcida adversária.<sup>54</sup>

Foram presos pela polícia boliviana 12 (doze) torcedores que foram

---

<sup>52</sup> Disponível em <<http://zip.net/bctJ9C>>

<sup>53</sup> Disponível em <<http://zip.net/bttLHG>>

<sup>54</sup> Disponível em <<http://zip.net/bmptsM>>



identificados. Em 03 de agosto do mesmo ano, os últimos 5 (cinco) torcedores que ainda estavam presos na Bolívia voltaram ao Brasil. Todos foram absolvidos pela Justiça boliviana por falta de provas. À época um torcedor do clube paulista, de 17 anos, confessou a autoria do disparo assim que desembarcou em São Paulo no entanto, nesses casos, o Brasil não extradita. O mesmo não sofreu nenhuma punição judicial e o processo foi arquivado ainda em 2013 pela Justiça brasileira.<sup>55</sup>

Em 2015 o torcedor que havia confessado o crime, já tendo atingido a maioridade, ganhou um cargo no departamento de bandeiras na torcida organizada “Gaviões da Fiel”. O torcedor estava, até então, impedido de frequentar a sede da torcida por ter sido responsável por manchar a imagem da organizada.<sup>56</sup>

No dia 26 de abril de 2015, após o jogo entre Sociedade Esportiva Palmeiras e Santos Futebol Clube, outro torcedor de 24 anos, foi espancado com golpes de barras de ferro por torcedores santistas e sofreu politraumatismo e perda de massa encefálica.<sup>57</sup>

Foram presos 6 torcedores do Santos Futebol Clube que foram identificados por câmeras do local. No mesmo ano, a Juíza Michele Porto de Medeiros Cunha Carreiro, mandou soltar os mesmos com a justificativa de que o processo iria demorar para ser concluído, a magistrada ainda os impediu de frequentar os estádios de futebol, porém a mesma não impôs nenhuma condição, como a de eles se apresentarem em delegacias durante os jogos do Santos, o que acaba dificultando a execução de penas deste gênero.

58

Como já citado anteriormente, cabe frisar ainda mais a importância que a justiça especializada têm em casos específicos envolvendo o desporto. Há a necessidade de colocar em evidência as ferramentas que a Justiça Desportiva tem para lidar com casos de sua competência, para que as decisões sejam aplicadas em conformidade com as sanções que irão afetar diretamente a pessoa como torcedor e até mesmo o clube, para que a pena tenha relação com o crime praticado.

---

<sup>55</sup> Disponível em <<http://zip.net/bytKHD>> e <<http://zip.net/bytKHJ>>

<sup>56</sup> Disponível em <<http://zip.net/bytKHK>>

<sup>57</sup> Disponível em <<http://zip.net/bstKhj>>

<sup>58</sup> Disponível em <<http://zip.net/bdtKRw>>

O Brasil contém pouca, ou nenhuma, base sólida para discutir e pensar em medidas eficazes para combater a violência nos estádios de futebol. Apesar de existirem medidas punitivas, como por exemplo, a punição para que a partida de futebol ocorra com torcida única nos estádios<sup>59</sup> e as que determinam que os torcedores envolvidos em conflitos nos estádios devem comparecer em determinada delegacia durante o horário de jogo de seus times, contudo, isso não é fiscalizado e está longe de ser alcançarem a eficiência necessária.

Mas e os jogos que são feitos com torcida única, ou seja, apenas com a torcida do time mandante? O fato é que existem várias torcidas organizadas de um mesmo clube, o que pode gerar brigas entre si.<sup>60</sup> Portanto, a torcida única não irá efetivamente acabar com a violência nos estádios, irá apenas diminuí-la.

A torcida única é defendida como uma medida emergencial, o Jurista desportivo, Marcilio Krieger é contra esta medida:

“(...) é uma forma de segregação que a constituição não permite, além de ser uma declaração da falência do estado para manter a tranquilidade social. Essa é uma briga de gato e rato, mas não será com torcida única que a violência será coibida. Isso tira o direito de um inocente assistir a um jogo, embora ele não tenha agido de forma contrária à lei.”<sup>61</sup>

Em fevereiro deste ano (2017) a ONG “Minha Sampa” lançou um abaixo-assinado na internet contra a torcida única em jogos de futebol. Em sua página, onde está o abaixo-assinado, a organização defende que a decisão por torcida única nos estádios de futebol “atesta a derrota das autoridades para a violência”, com medidas segregacionistas e proibicionistas.<sup>62</sup> A decisão de que um jogo seja apenas com uma torcida, a do clube do estádio, cerceia também o direito de torcedores, que torcem para times de estados diferentes que residem, acompanhar seu time durante a partida.

---

<sup>59</sup> Disponível em

<<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/03/23/O-que-%C3%A9-a-pol%C3%ADtica-de-torcida-%C3%BAnica-e-por-que-h%C3%A1-quem-queira-acabar-com-ela>>

<sup>60</sup> Disponível em <<http://zip.net/bbtJX4>>

<sup>61</sup> Disponível em <<http://zip.net/bwtJS8>>

<sup>62</sup> Disponível em <<http://zip.net/bntKnV>>

A lei número 9.615/1998, em seu artigo 2º traz os princípios do desporto, colocando em destaque o III temos:

Art. 2º: O desporto, como direito individual, tem como base os princípios:

(...)

III - da democratização, garantido em condições de acesso às atividades desportivas sem quaisquer distinções ou formas de discriminação;

Ora, esse princípio do Desporto Nacional garante aos torcedores que não hajam quaisquer tipos de discriminações e distinções, o que pode ser aplicada em relação aos jogos de futebol em estádios com torcida única. Portanto,

“Sendo o futebol um direito social garantido no sistema normativo brasileiro, não devem ser admitidos tratamentos díspares ou imposições sub-humanas aos torcedores, ao contrário, deveria se fomentar o seu acolhimento, a oferta de condições mínimas de segurança ao cidadão que o prestigia.”<sup>63</sup>

Não basta buscar apenas a garantia do direito dos torcedores, uma fiscalização mais eficaz ou a implementação de medidas que possam diminuir os casos, é necessário ir na raiz do problema, como a educação, respeito e um olhar mais cuidadoso frente à segregação social.

A legislação brasileira não sabe como agir diante de tais casos, não tem as ferramentas necessárias para combatê-las. O Brasil ainda busca uma maneira de lidar com a violência nos estádios de futebol e a relação com as torcidas organizadas.

Algumas medidas existem apenas na teoria, e não na prática. Há alguns torcedores que estão proibidos de ir aos estádios de futebol e que, sempre que seu time está jogando devem se apresentar na delegacia e ficar lá até o fim da partida. Uma reportagem feita em 2015 pelo Zero Hora do Rio Grande do Sul aponta que de 10 torcedores impedidos de ir ao estádio, 4 não se apresentam nas delegacias.<sup>64</sup>

---

<sup>63</sup> CABEZON, Ricardo de Moraes. Manual de Direitos do Torcedor. São Paulo: Atlas, 2012. p. 102.

<sup>64</sup> Disponível em <<http://zip.net/bytm5X>>

Há outras medidas, como, por exemplo, deixar que uma torcida saia do estádio antes que a outra. Na prática também não funciona pois, muitas vezes, a torcida que é liberada antes é a torcida do time do estádio, e, depois os torcedores do clube visitante são liberados para sair a saída<sup>65</sup>. Essa tática não impede que o torcedor da casa fique nas vias que cercam os estádios esperando os rivais.

Nas palavras do jornalista esportivo Juca Kfoury:

“(...) uma das soluções que eu vejo imediata é proibir, terminantemente, o futebol com portões abertos; futebol de massa nem pensar, porque é a senha para bandidos tomarem conta do estádio. Cobrar o ingresso e cobrar caro, cada vez mais caro, com cadeiras em todos os setores do estádio. Tornar o futebol um esporte para a elite (...). Os culpados pela violência a gente conhece, desde a distribuição de renda neste país, mas que infelizmente, 90% desses vândalos são do ‘lumpesinato’, são; são explorados, são; são um bando de desocupados, são (...) ou são explorados dessa gente, em regra os presidentes de ‘torcidas organizadas’ (...)”<sup>66</sup>

Medidas como essas expostas pelo jornalista Juca são de forte impacto e, de certa forma, não irão resolver o problema da violência dentro e fora dos estádios de futebol.

Em 2015 o Juiz Marcello Rubioli, frente ao Juizado do Torcedor e dos Grandes Eventos do Tribunal de Justiça do Rio, defendeu não haver uma “solução salvadora” para que as brigas nos estádios de futebol cessem. O magistrado citou, inclusive, que uma das medidas a ser adotada deveria ser o banimento das torcidas organizadas. O Juiz, em uma entrevista<sup>67</sup>, colocou em pauta a falta de interesse em combater a violência nos estádios, o que ocorre somente quando acontece algum caso que chame atenção da sociedade e das autoridades. A crítica é válida pois não há a prevenção e a precaução quanto às violências ocorridas não só nos estádios de futebol, mas também fora deles.

O Estatuto do Torcedor traz, em seu capítulo XI-A os crimes e suas respectivas

---

<sup>65</sup> Disponível em <<http://zip.net/bvtKpb>>

<sup>66</sup> Jornalista esportivo Juca Kfoury, no seminário A violência no esporte. 1996.

<sup>67</sup> Disponível em <<http://zip.net/bmtH7G>>

penas para os torcedores que praticarem algum dos crimes elencados no artigo 41-B ao 41-G.

## 2.2 A LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 tem em seu artigo 5º a liberdade de associação garantida:

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, sendo vedado a de caráter paramilitar.

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas, independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

O princípio da livre associação é assegurado a todos, desde que não vá contra os princípios constitucionais, como a ordem pública.

O artigo 53 do Código Civil de 2002 nos traz o conceito de associação: “Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos.”

Buscar o fim das torcidas organizadas nos estádios de futebol irá ferir a conquista pela liberdade de associação conquistada pela sociedade.

Assim como o Estado não pode interferir na liberdade de religião, o mesmo não deve ingerir-se nas torcidas organizadas, desde que estas não pratiquem algo que irá ferir a ordem pública. Sabendo-se de que não seria democrático extinguir uma religião pelo fato de que há uma parte da sociedade que a considera, de certa forma, errada e desrespeitosa, não há motivo para dar fim às torcidas organizadas. E mesmo assim, acabar com as torcidas organizadas não é a maneira mais efetiva de combate à violência.<sup>68</sup>

O Estado tem o dever de garantir a segurança, suporte e apoio para todos os

---

<sup>68</sup> Disponível em <<http://zip.net/bktJ54>>

torcedores que frequentam os estádios de futebol, porém, não é com a proibição das torcidas organizadas durante as partidas que o problema da violência irá acabar. O Estado deve se valer da precaução e da prevenção para transmitir ao torcedor a segurança necessária para que todos possam ir aos estádios e torcer por seus times.

Como visto, o XVIII do artigo 5º da Constituição Federal, dita que a criação de uma associação independe de autorização governamental e o Estado não pode interferir internamente no funcionamento de uma associação. Esse dispositivo, no entanto, não afeta o dever e o direito do Estado interferir quando há julgamento, como por exemplo, a dissolução ou a suspensão da associação, sendo necessário uma decisão judicial, como diz o XIX do artigo 5º da CF: “as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidos ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado”. Já a suspensão pode ocorrer através de decisão judicial provisória, em processo cautelar ou medida liminar, como o mandado de segurança ou ação possessória.<sup>69</sup>

O artigo 54 do Código Civil dispõe sobre os requisitos necessários que deverão constar no estatuto de determinada associação, entre eles a denominação, os fins e a sede da associação e as fontes de recursos para sua manutenção.

Com todo exposto, cabe ao Estado respeitar as associações e utilizar de seus meios para regulamentá-las de uma forma mais eficaz, ou caso haja carência, implementar novas medidas para assegurar o direito das torcidas organizadas e dos torcedores, mas também garantir a segurança dos mesmos e evitar a violência nos estádios de futebol, como verificar-se-á no decorrer deste trabalho.

## 2.3 A AUSÊNCIA E O DESPREPARO DO ESTADO

---

<sup>69</sup> SLAIBI FILHO, Nagib. Da Associação no Novo Código Civil. In: Revista de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, nº 60, jul./set 2004. p. 46.

O público que frequenta os estádios de futebol, em diversos campeonatos e séries, é singular, aqueles que ignoram o medo da constante violência nas arquibancadas, os apaixonados pelos seus times e os associados a torcidas organizadas. Hoje são policiais militares que se fazem presentes durante os jogos, uma corporação que não tem treinamento para lidar com torcedores, que não é especializada para enfrentar possíveis confrontos e confusões.<sup>70</sup>

A ação policial pode envolver bombas de efeito moral e balas de borracha, ambas são disparadas em direção à confusão, onde podem estar presentes crianças e idosos.<sup>71</sup>

O Estatuto do Torcedor, em seus artigos 26 e 27 coloca em evidência a responsabilidade da liga organizadora do campeonato, dos clubes, em conjunto com o Poder Público, com o transporte seguro para os torcedores, incluindo não só dentro dos estádios, como também suas imediações. O parágrafo único do artigo 27 traz uma exceção: “o cumprimento do disposto neste artigo fica dispensado na hipótese de evento esportivo realizado em estádio com capacidade inferior a 10.000 (dez mil) pessoas.” A pergunta que fica é, porque é vetado em casos de público inferior a 10 mil pessoas? Qual é a justificativa para essa exceção? Por exemplo, a média de público pagante no Campeonato Catarinense de Futebol de 2017 foi de 2.986<sup>72</sup> (duas mil novecentas e oitenta e seis) pessoas, já a média do Campeonato Carioca, do mesmo ano, ficou em 4.323<sup>73</sup> (quatro mil trezentos e vinte e três). Pode-se chegar a conclusão de que essa exceção não deveria ser aplicada. Há a necessidade de um plano de estudo para cada jogo a ser realizado, individualmente, levando em consideração o histórico de partidas que envolveram as equipes confrontante, como também, suas respectivas torcidas. Cada partida de futebol tem suas peculiaridades e necessidades, não deve-se tomar decisões que dizem respeito a segurança do torcedor por número de ingressos vendidos.

Quando o Estatuto do Torcedor foi promulgado, em 2010, o mesmo trouxe em

---

<sup>70</sup> Disponível em <<http://zip.net/bktKY2>>

<sup>71</sup> Disponível em <<http://zip.net/bvtLpp>>

<sup>72</sup> Disponível em <<http://zip.net/bytK2h>>

<sup>73</sup> Disponível em <<http://zip.net/bvtK0h>>

seu artigo 14 de quem é a responsabilidade pela segurança do torcedor:

Art. 14. (...) a responsabilidade pela segurança do torcedor em evento esportivo é da entidade de prática desportiva detentora do mando de jogo e de seus dirigentes, que deverão:

I – solicitar ao Poder Público competente a presença de agentes públicos de segurança, devidamente identificados, responsáveis pela segurança dos torcedores dentro e fora dos estádios e demais locais de realização de eventos esportivos;

II - informar imediatamente após a decisão acerca da realização da partida, dentre outros, aos órgãos públicos de segurança, transporte e higiene, os dados necessários à segurança da partida, especialmente:

a) o local; b) o horário de abertura do estádio; c) a capacidade de público do estádio; e d) a expectativa de público;

(...)

Diante dos dados que serão repassados para o Poder Público, os órgãos de segurança, transporte e higiene, citados no referido artigo, ou seja, todos os envolvidos deveriam planejar a segurança dos torcedores que pretendem assistir o jogo no respectivo estádio de futebol. O plano incluiria toda rota segura desde a saída dos torcedores de suas residências até o retorno para a mesma. Incluindo transporte seguro para ambas as torcidas, estacionamento, policiais (ou qualquer outro agente de segurança) aos arredores do estádio e o acompanhamento efetivo após a partida, onde as duas torcidas podem, eventualmente, se encontrarem e gerar conflitos.

Atualmente, os clubes só podem contar com a polícia militar, sendo vedado a contratação de segurança privada para a garantia da segurança dos torcedores durante as partidas de futebol<sup>74</sup>. Porém, está em tramitação o Projeto de Lei do Senado número 457/2016<sup>75</sup> onde altera o que diz o Estatuto de Defesa do Torcedor e permite que os clubes possam contratar e usar segurança privada no interior dos seus estádios.

A melhoria que uma segurança privada traria, se pudesse ser contratada pelos times de futebol, seria que o próprio clube poderia dialogar com a equipe, sendo possível, inclusive, uma reunião entre dirigentes, presidentes de torcidas organizadas e

---

<sup>74</sup> Disponível em <<http://zip.net/bxtKPJ>>

<sup>75</sup> Disponível em <<http://zip.net/bttJ1H>>



representantes da equipe de segurança privada, para que haja uma aproximação e cooperação para trilhar o esquema de segurança para dentro dos estádios de futebol e fazer com que as arquibancadas sejam um ambiente agradável para todos os torcedores, tornar novamente um ambiente familiar.

Por outro lado, algumas empresas de segurança particulares defendem que não poderiam agir conforme a polícia militar, tendo como foco uma segurança voltada para os bens materiais do estádio, e não para os torcedores.<sup>76</sup>

Um estudo de 2004 feito na Europa em parceria entre a Universidade de Liverpool e a Academia de Polícia holandesa trouxe os resultados satisfatórios de uma mudança feita quanto à segurança nos estádios de futebol europeus, que segue:

“1. Fora da vista, mas próximo:

Misturar policiais devidamente caracterizados com uma identificação fácil, bem visível com policiais à paisana. Os fardados, em menor número, e numa distância que dificulte a provocação dos vândalos, que eram imediatamente identificados e presos pelos policiais à paisana.

2. Resposta rápida:

(...) os potenciais incidentes eram imediatamente contidos, numa resposta veloz e apropriada (sem o uso extremo e desafiador da força policial), o que acaba por acalmar a situação.”<sup>77</sup>

No caso do Brasil, pode-se pensar que a aplicação dessas duas mudanças poderão fazer parte de um quadro de medidas a serem aplicadas.

Segundo uma pesquisa realizada em 2014, 90% dos brasileiros não costumam frequentar estádios de futebol<sup>78</sup>, e isso se deve ao fato da insegurança sentida pelos presentes.

Carlos Alberto Pimenta dita que,

“(...) a violência caracterizou-se como parte intensa do cotidiano urbano contemporâneo, em especial dos grandes centros e uma pista importante para o entendimento do fenômeno é que a repressão

---

<sup>76</sup> Disponível em <<http://zip.net/bxtKPJ>>

<sup>77</sup> TOBAR, Felipe; O uso da segurança privada nos estádios nacionais como meio necessário para redução da violência entre torcedores.

<sup>78</sup> Disponível em <<http://zip.net/bgtJW1>>

(policial, legal, etc.) pode contribuir para manter ‘suposta ordem social’, mas não evita que o deslocamento dessa massa jovem para outros movimentos de busca de prazer e de excitação.”<sup>79</sup>

O futebol deixou de ser apenas clube *versus* clube, mas também torcida *versus* torcida. Porém, junto com esse novo confronto veio a necessidade da manutenção da ordem nos estádios de futebol, onde poderia acontecer brigas entre os torcedores pelo fato da disputa entre torcida *versus* torcida, sejam de clubes opostos ou até mesmo entre organizadas do mesmo time.

### **3 A MANUTENÇÃO DAS TORCIDAS ORGANIZADAS BRASILEIRAS**

A formação das torcidas organizadas veio “das camadas mais baixas da sociedade brasileira, culminando na formação de grupos permanentes de torcedores,”<sup>80</sup> onde o objetivo comum era o torcer pelo seu time em agrupamentos onde há semelhanças.

Todo desporto provoca emoções e quando se trata de futebol, os sentimentos vão de ódio a paixão, da tristeza para a euforia em pouco tempo. Com o passar do tempo esse ódio, a violência começaram a vir à tona, onde mudou a denominação das pessoas que iam para o estádio de espectadores por torcedores de determinado time. Toda essa turbacão acabou por chamar atenção para a necessidade de reprimir com tal

---

<sup>79</sup> PIMENTA, Carlos Alberto. Torcidas Organizadas de Futebol: Identidade e identifições, dimensões cotidianas. Buenos Aires: CLACSO, 2003. p. 48.

<sup>80</sup> GUILHON, Marcelo Faria. Sob a pena da lei: princípios constitucionais, o Estatuto do Torcedor e o cerco às torcidas organizadas no Brasil. Esporte e Sociedade, ano 9, 2014.

comportamento.<sup>81</sup>

O modo de torcer do brasileiro começou a surgir,

“(...) com a introdução do futebol no Brasil e a sua crescente democratização, isto é, quando as classes populares começam a frequentar os estádios de futebol, ao lado das classes mais abastadas das grandes cidades, onde esse esporte floresce com mais intensidade.”<sup>82</sup>

Em 2014 foram anunciadas medidas contra a violência que envolvem não só as torcidas organizadas, mas todos frequentadores dos estádios de futebol. No entanto, as mesmas não saíram do papel. Entre elas estavam a maior responsabilização dos clubes, criação de um guia de procedimento de segurança para atividades esportivas, delegacias especiais e o estatuto da segurança privada nos estádios.<sup>83</sup>

A responsabilização maior dos clubes é uma das medidas que poderiam ser incluídas imediatamente. Os times devem ser mais ativos e participativos quanto à violência dentro e fora dos estádios que envolvem suas torcidas. A partir do momento que os times de futebol forem inseridos no combate à violência nos estádios os mesmos se preocuparão e darão mais atenção a esses casos.

Em alguns clubes há uma relação intrínseca com suas torcidas organizadas, onde auxiliam as mesmas com ingressos para os jogos como também transporte para que os torcedores assistam os jogos do time em outros estados do Brasil. Um dos motivos para tal relação é o papel decisivo que as torcidas organizadas têm quando há eleições dos clubes, onde os candidatos buscam apoio das associações do clube para aumentar suas chances de ser eleito<sup>84</sup>. Com isso, o candidato precisa mostrar-se favorável a presença das torcidas organizadas nos estádios de futebol.

No entanto, essa aproximação entre diretoria e torcidas organizadas de

---

<sup>81</sup> GUILHON, Marcelo Faria. Sob a pena da lei: princípios constitucionais, o Estatuto do Torcedor e o cerco às torcidas organizadas no Brasil. Esporte e Sociedade, ano 9, 2014.

<sup>82</sup> GUILHON, Marcelo Faria. Sob a pena da lei: princípios constitucionais, o Estatuto do Torcedor e o cerco às torcidas organizadas no Brasil. Esporte e Sociedade, ano 9, 2014.

<sup>83</sup> Disponível em <<http://zip.net/bstKHw>>

<sup>84</sup> GUILHON, Marcelo Faria. Sob a pena da lei: princípios constitucionais, o Estatuto do Torcedor e o cerco às torcidas organizadas no Brasil. Esporte e Sociedade, ano 9, 2014.

determinado clube acaba por dificultar que o próprio time aplique punições aos torcedores envolvidos em brigas, já que há essa relação de necessidade de apoio de ambos os lados.

### 3.1 A POSTURA DO ESTADO

Para Ricardo de Moraes Cabezon, não se pode rotular torcedores como delinquentes, não pode culpabilizar todo um grupo por atos criminosos de uma minoria. Nas palavras do mesmo,

“(...) somente haverá evolução no futebol e pacificação nos estádios quando pudermos encontrar mais atitudes e menos omissões; maior oferta do que cobranças; mais organização do que improvisos; maiores exemplos do que exigências; mais respeito que subestimações.”<sup>85</sup>

Nas palavras de Carlos Alberto Pimenta,

“(…), não cabe atrelar as causas da violência produzida nesse movimento às questões de classe social ou fatores econômicos, reduzidamente. Há que observar as causas subjetivas advindas nas dimensões cotidianas das relações sociais contemporâneas que colocam os jovens mais suscetíveis a botar para fora suas pulsões, ‘ditas primitivas’, às práticas de agressividade e de violência.”<sup>86</sup>

O autor acredita ainda que essas dimensões, a realidade social do cotidiano de grandes centros urbanos brasileiros, serve como uma “mola propulsora” para atos de violência, e, em conjunto com fatores históricos, econômicos e socioculturais, geram um esvaziamento político do sujeito social, aqui estudado como membros de torcidas organizadas. Por trás dessa violência há questões de classes sociais e econômicas.

---

<sup>85</sup> CABEZON, Ricardo de Moraes. Manual de Direitos do Torcedor. São Paulo: Atlas, 2012. p. 107.

<sup>86</sup> PIMENTA, Carlos Alberto. Torcidas Organizadas de Futebol: Identidade e identificações, dimensões cotidianas. Buenos Aires: CLACSO, 2003. p. 47.

Desde a década de 90 eventos que envolvem torcedores e violência em estádios de futebol ocuparam um papel de destaque na mídia.<sup>87</sup> Porém,

“(…) na maioria desses fóruns a questão se ateve nos fatos recém-ocorridos e o objetivo era a busca por uma solução para esses problemas. No entanto, algumas questões não foram levantadas, como por exemplo: o que motivou o surgimento das torcidas organizadas? Quais eram as características dessas agremiações? Por que essas agremiações se ‘desvirtuam’ de sua função original? Por que as associações de torcedores passam a ser vistas como grupos que espalham terror pela cidade?”<sup>88</sup>

Em maio de 2016 o Ministério da Justiça e o Ministério do Esporte lançaram o “Marco de Segurança no Futebol - Guia de Recomendações para Atuação das Forças de Segurança Pública em Praças Desportivas”.<sup>89</sup> Tal documento foi realizado através de estudos e diagnósticos promovidos pela Comissão Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Espectáculos Esportivos, que envolveu diversos especialistas da área. O embaixador do Marco é o Edmilson Gomes, ex-atleta de futebol brasileiro. O mesmo defende que “(…) o esporte brasileiro pode melhorar por meio da segurança, do bom ensino para o educador e conscientização do torcedor e do atleta.”<sup>90</sup>

O documento veio como um guia para a atuação das forças de segurança antes, durante e depois dos jogos de futebol. O mesmo foi um grande avanço para o combate do Estado contra as violências ocorridas nos estádios.

O guia deixa claro o respeito que as autoridades precisam ter com o público que frequenta os estádios, com a integridade física dos mesmos e a dignidade humana.<sup>91</sup> A então Secretária Nacional de Segurança Pública, Regina de Luca Miki, acredita que a única forma de amenizar a violência nos estádios é o diálogo. A mesma diz,

---

<sup>87</sup> PIMENTA, Carlos Alberto. Torcidas Organizadas de Futebol: Identidade e identificações, dimensões cotidianas. Buenos Aires: CLACSO, 2003. p. 44 e 47.

<sup>88</sup> GUILHON, Marcelo Faria. Sob a pena da lei: princípios constitucionais, o Estatuto do Torcedor e o cerco às torcidas organizadas no Brasil. Esporte e Sociedade, ano 9, 2014.

<sup>89</sup> O Marco está disponível em <<http://zip.net/bltKDn>>

<sup>90</sup> Disponível em <<http://zip.net/bqtL5g>>

<sup>91</sup> Disponível em <<http://zip.net/bqtL5g>>

“Dentro de uma cultura de tolerância, é preciso deixar de criminalizar as torcidas organizadas. Elas não são organizações criminosas. São grupos de pessoas que se unem pelo mesmo gosto. Temos sim que adotar ações de inteligência policial voltadas a identificar pessoas que se infiltram nas torcidas para promover a violência. Fazer com que o espetáculo de futebol volte a ser de família é papel da segurança pública”.<sup>92</sup>

O guia propõe unir representantes de torcidas organizadas com a segurança pública a fim de realizar reuniões para dialogarem sobre a prevenção de confrontos e brigas entre torcedores de times diferentes ou até do mesmo clube.<sup>93</sup>

### 3.2 A VISÃO DA TORCIDA ORGANIZADA PERANTE A SOCIEDADE

#### As torcidas organizadas

“(…) são conhecidas pela sociedade envolvente e pelos meios de comunicação de massa através de atos violentos, praticados dentro e fora dos estádios. Casos de vandalismo e cenas de desordens são comumente reportadas pela imprensa e atribuídas a esses segmentos de torcedores, cujo perfil parece obedecer a um estereótipo: jovens pertencentes aos extratos baixos da sociedade, situados nos subúrbios e periferias das grandes cidades.”<sup>94</sup>

Assim, pode-se refletir sobre de que forma os veículos midiáticos repassam ao telespectador a imagem das torcidas organizadas. Como veremos a seguir, tais associações são mais do que atos de violência.

---

<sup>92</sup> Disponível em <<http://zip.net/bqtL5g>>

<sup>93</sup> Marco de Segurança no Futebol. Secretaria Nacional de Segurança Pública e Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, 2016. p. 33-36.

<sup>94</sup> HOLLANDA, Bernardo Borges de; AZEVEDO, Anna Luiza; QUEIROZ, Ana Luisa. DAS TORCIDAS JOVENS ÀS EMBAIXADAS DE TORCEDORES: UMA ANÁLISE DAS NOVAS DINÂMICAS ASSOCIATIVAS DE TORCER NO FUTEBOL BRASILEIRO. *Recorde: Revista de História do Esporte*, Volume 7, número 1, janeiro-junho de 2014. p. 33.

Recentemente, a torcida organizada do time Paysandu, a “Banda Alma Celeste” banuiu de seus cantos uma música intitulada como “o Leão é Gay” que era direcionada à seu rival, o Remo. Em sua página oficial no Facebook, a organizada divulgou uma nota:

“(…) Durante os 10 anos da torcida, surgiu em uma das nossas músicas algo fora dos padrões da Ideologia da Alma Celeste, intitulada de “o leão é gay!”. ERRAMOS DURANTE VÁRIOS ANOS, propagando cantos homofóbicos disfarçado de rivalidade. Diante disso, após vários debates de torcedores e da influência que a Alma Celeste possui nas arquibancadas do Paysandu, informamos que: Em decisão tomada em uma das nossas reuniões mensais, viemos comunicar que músicas e manifestações de cunho racial/homofóbico estão extintas do nosso repertório, entre elas a famosa música que chama o mascote do rival de gay. (...) Por fim, não se trata de criar uma nova polêmica, acabar com o futebol, ou simplesmente ser politicamente ‘chatos e corretos’. Apenas evoluímos e atualizamos nossa forma de pensar.”<sup>95</sup>

Em fevereiro deste ano (2017) a torcida organizada do time Sociedade Esportiva Palmeiras, a denominada Torcida Uniformizada do Palmeiras, organizou um campeonato de futebol para crianças em parceria com o Movimento Conexão do Morro. O foco da competição, no entanto, não era o futebol mas sim conscientizar as crianças, torcedoras de vários times paulistas, para a paz nos estádios de futebol. O intuito também era levar lazer e cultura para as crianças da periferia.<sup>96</sup> Projetos como esses, tendo na organização torcidas organizadas, não são devidamente divulgados para a sociedade, para que seja demonstrado o outro lado dessas associações.

Não há como deixar de lado o fato de que as torcidas organizadas hoje são associadas à violência, sejam elas de times de grande ou pequeno porte. A desconstrução necessária que deve ser feita é a da generalização e da divulgação focada apenas nas brigas e confusões onde estão envolvidas as torcidas organizadas. Como dito no primeiro capítulo deste trabalho, o objetivo primordial para a criação de uma torcida organizada era a de, justamente, torcer para seu time, encorajar os jogadores durante a

---

<sup>95</sup> Disponível em <<http://zip.net/bctJ9D>>

<sup>96</sup> Disponível em <<http://zip.net/bwtJ11>>

partida de futebol, dedicar músicas para o clube e ocupar o espaço das arquibancadas com bandeiras, faixas e até coreografias durante os jogos.

No entanto, esse viés cultural foi deixado de lado a partir do momento que a violência cresceu drasticamente, sendo transmitida pelas emissoras de televisão, inclusive ao vivo. A imagem que chega até a sociedade, através das mídias, tanto televisivas quanto digitais, são apenas dois lados das torcidas organizadas: os cantos (que algumas vezes podem conter letras agressivas) e a violência, deixando de lado os trabalhos sociais realizados pelas mesmas, como exemplificado acima, e também a importância das torcidas não só dentro dos estádio de futebol mas também fora deles.

Para Carlos Alberto Pimenta,

“O torcedor, na formação organizada, não é mais um mero espectador do jogo. No grupo ele é parte do espetáculo, ele é o espetáculo, é protagonista. Vide suas vestimentas e bandeiras (estético), cantos e coreografias (lúdico), sentimento de pertencimento e representação da guerra contra os rivais (simbólico).”<sup>97</sup>

Para o autor, ainda, mesmo com esse protagonismo das torcidas organizadas, o movimento tornou-se uma preocupação social e um certo incômodo de outros torcedores que frequentam os estádios e que não são associados a aquelas. Pimenta defende ainda que esses casos de violência podem afetar também os investimentos dos próprios clubes e até mesmo de seus patrocinadores, onde suas marcas estão expostas nos estádios de futebol onde podem ocorrer possíveis confrontos entre torcedores.

### 3.3 A ANATORG E FERRAMENTAS DE CONTROLE

Com o lema de “Fale conosco e não sobre nós”, em 13 de dezembro de 2014 foi fundada oficialmente a Associação Nacional das Torcidas Organizadas - ANATORG,

---

<sup>97</sup> PIMENTA, Carlos Alberto. Torcidas Organizadas de Futebol: Identidade e identificações, dimensões cotidianas. Buenos Aires: CLACSO, 2003. p. 46.



tendo como parceiro e apoiador o Ministério do Esporte. O intuito da associação é tentar diminuir a violência nos estádios e demonstrar que a violência e a diminuição de espectadores nos estádios de futebol não são culpa singular das torcidas organizadas. Nas palavras do presidente da ANATORG, André Azevedo,

“Quando falamos de torcidas organizadas, a primeira coisa que nos vem à cabeça infelizmente é violência, mortes, marginais, desocupados e outros adjetivos. Ao menos é isso que todos querem induzir a pensar. (...) Escutamos que as pessoas não vão mais aos estádios devido à violência e para essas pessoas nós dizemos: por favor, não vá mais à praia no domingo e nem a bares à noite, pois lá também está constatado que é tão ou mais perigoso do que ir ao futebol. (...) são fontes intermináveis de problemas no futebol, mas o bode expiatório de tudo isso somos nós, os torcedores organizados. E por falta de conhecimento a sociedade compra essa ideia. O que é engraçado nessa história toda é que quando há promoção de ingressos, os estádios encham e por um momento a violência no futebol deixa de existir. (...) vamos mostrar que o real problema do futebol vai além das torcidas. Com muita conversa e diálogo vamos fazer isso juntos. Não prometemos o fim das brigas e das mortes, pois isso é um serviço do Estado também – e não apenas nosso -, já que segurança pública e educação são coisas raras e que afetam o nosso segmento e não somos nós que vamos erradicar tal problema nas torcidas organizadas. Porém, vamos trabalhar e articular sim com a responsabilidade a nós exercida, na tentativa da diminuição de tais problemas. (...)”<sup>98</sup>

Outro objetivo da associação é fomentar diálogos entre torcidas organizadas que são rivais para que, a longo prazo, o relacionamento das mesmas possa melhorar e cooperar com a diminuição das brigas dentro e fora do estádio.<sup>99</sup>

André Azevedo defende ainda que as torcidas organizadas são uma extensão da nossa sociedade, onde há a violência. O ponto principal da ANATORG é a reeducação das torcidas organizadas, a associação defende a individualização do torcedor que age com violência, que não seja punida toda a torcida organizada.<sup>100</sup>

O presidente da ANATORG ainda diz que a associação viajou para a Europa

---

<sup>98</sup> Disponível em <<http://zip.net/bwtKp4>>

<sup>99</sup> Disponível em <<http://zip.net/bmtKMB>>

<sup>100</sup> Disponível em <<http://zip.net/bmtKMB>>

para estudar o sistema dos estádios de futebol lá. André alega que lá as brigas ainda são problemas atuais, a diferença com o Brasil é de que “lá o sistema busca resolver o problema, aqui é a política de exclusão, se fecham torcidas, mas não resolve o problema.”<sup>101</sup>

Há medidas que poderão amenizar a violência nos estádios de futebol que poderiam ser aplicadas de imediato.

Heloisa Helena Baldy dos Reis, especialista em segurança nos eventos esportivos fala da necessidade de

“acompanhar os torcedores em dias de jogos desde a sede da torcida até o estádio, por meio de escolta dos ônibus; fiscalizar a ocupação dos ônibus e proibir o transporte de pessoas acima do número permitido, além do transporte e consumo de bebida alcoólica e de qualquer tipo de droga.”<sup>102</sup>

Heloisa defende ainda, em seu livro “Futebol e violência” que o Estado deve “promover cursos preparatórios e de treinamentos para a Polícia Militar, específicos para prevenção da violência [...] enquanto não é criada a polícia especializada.”<sup>103</sup>

Sobre o trabalho da Polícia Militar, “critica-se [...] o despreparo de parte dos policiais ou de comandantes”.<sup>104</sup> Paulo Sérgio de Castilho defende que o policiamento para eventos esportivos deve ser especializado:

“Polícia Militar - especializando-se cada vez mais para tratar com o público do futebol, que é diferente das pessoas com as quais a polícia habitualmente tem contato, como nos casos de confrontos em favelas e invasões de presídios com rebeliões em andamento.”<sup>105</sup>

---

<sup>101</sup> Disponível em <<http://zip.net/bmtKMB>>

<sup>102</sup> REIS, Heloisa Helena Baldy dos. Futebol e violência. Campinas: Armazém do Ipê/Fapesp, 2006. p. 115.

<sup>103</sup> REIS, Heloisa Helena Baldy dos. Futebol e violência. Campinas: Armazém do Ipê/Fapesp, 2006. p. 114.

<sup>104</sup> TOBAR, Felipe Bertasso; CAPPATTI Hermenegildo; LIMA, Vanderlei de. O protagonismo das torcidas organizadas na promoção da paz. Amparo: Vanderlei de Lima, 2012. p. 25.

<sup>105</sup> CASTILHO, Paulo Sérgio de. Ações práticas e propostas legislativas de combate à violência no futebol: a criminalização é o caminho? São Paulo: F.P.F., 2010. p. 132.

Mister salientar também a necessidade da Polícia Militar durante os jogos no estádios de futebol. Joaquim Motta defende que,

“[...] na prática, a repressão tem que ser mantida. Ela funciona, pois representa um limite com certa eficiência. Seria extremamente perigoso não contar com ela, pois significaria que os torcedores, dirigentes e atletas poderiam sentir-se invulneráveis e impunes.”<sup>106</sup>

Também devem ser ressaltados os aspectos preventivos e punitivos que não só o Estado deve aplicar, mas também as próprias torcidas organizadas. O aspecto preventivo pode ser aplicado através de reuniões e palestras com os torcedores a fim de planejar com segurança as idas e vindas das torcidas até os estádios de futebol. Já o aspecto punitivo seriam as penas aplicadas caso algum associado não cumpra o combinado em reunião, seja através de advertência ou até mesmo expulsão.<sup>107</sup>

Algumas federações do Brasil usam duas modalidades de punição e prevenção:

“a) suspendem de entrarem devidamente caracterizados, ou seja, com faixa, roupas próprias, bateria, etc., nos estádios, torcidas que brigam entre si e/ou enfrentam a polícia;  
b) impedem alguns torcedores de irem ao jogo, sem prejuízos à torcida. Ponto correto, pois atinge a pessoa e não a instituição toda que pode não ser culpada pelo ato isolado de alguns vândalos.”<sup>108</sup>

Sobre a segurança dos torcedores, o Estatuto de Defesa do Torcedor em seu artigo 17 traz que “É direito do torcedor a implementação de planos de ação referentes à segurança, transporte e contingências que possam ocorrer durante a realização de eventos esportivos.” Portanto, não só a especialização da segurança pública deve ser estudada para ser aplicada, mas também a realização de um plano de ação de segurança e contingências, que está presente no guia do Marco de Segurança no Futebol onde há

---

<sup>106</sup> MOTTA, Joaquim. Gol guerra e gozo: o prazer pode golear a violência. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p. 18.

<sup>107</sup> TOBAR, Felipe Bertasso; CAPPATTI Hermenegildo; LIMA, Vanderlei de. O protagonismo das torcidas organizadas na promoção da paz. Amparo: Vanderlei de Lima, 2012. p. 24.

<sup>108</sup> TOBAR, Felipe Bertasso; CAPPATTI Hermenegildo; LIMA, Vanderlei de. O protagonismo das torcidas organizadas na promoção da paz. Amparo: Vanderlei de Lima, 2012. p. 91.

todas as especificações sobre a realização do plano.<sup>109</sup>

Ante o exposto nota-se que o Estado tem potencial em aplicar boas estratégias para o maior controle do que acontece dentro e fora dos estádios de futebol. Há a possibilidade de diálogo com as torcidas organizadas através da Associação Nacional das Torcidas Organizadas e o Ministério do Esporte para a efetiva aplicação como também fiscalização do que dita o Marco de Segurança no Futebol.

Vanderlei de Lima, coautor do livro “O protagonismo das torcidas organizadas na promoção da paz” defende a necessidade de mudar novamente o Estatuto de Defesa do Torcedor, em uma entrevista realizada para o “Portal PUC-rio” ele ressaltou que:

“O Estatuto do Torcedor (...) para ser devidamente aplicado precisaria ser reformulado outra vez. Lembro que ele entrou em vigor em 2003 e já precisou ser remendado em 2010 com a promessa de que, arrancaria pela raiz, a violência no futebol. Ora, os casos vergonhosos a que assistimos dentro e fora dos estádios mostram que o Estatuto fracassou em termos de prevenção da violência, que, mais do que apenas punição, requer educação do ser humano, independentemente se ele é ou não torcedor.”<sup>110</sup>

Portanto, se pode concluir que há a necessidade de uma ampla reforma nesta área para que tudo que está na teoria seja aplicado, de forma eficaz, na prática e para que novas providências sejam tomadas para que todos os torcedores presentes nos estádios de futebol estejam seguros e livres de tumultos e confrontos. Com o esforço em conjunto do Estado, dos clubes e das torcidas organizadas os estádios de futebol poderão voltar a ser um ambiente familiar e de lazer.

---

<sup>109</sup> Marco de Segurança no Futebol. Secretaria Nacional de Segurança Pública e Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, 2016. p. 14-16.

<sup>110</sup> Disponível em <<http://zip.net/brtK6X>>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente há uma forte ligação entre as torcidas organizadas e a violência que ocorre nos estádios de futebol ou em seus arredores.

Foi através de casos envolvendo os *hooligans* que o Brasil voltou suas atenções para as torcidas organizadas. O modo violento que os membros de tais torcidas organizadas da Inglaterra agiam e os atos de brigas generalizadas que, em alguns casos, resultaram em mortes, fez com que a mídia nacional acabasse por, indiretamente,

categorizar as torcidas organizadas brasileiras, em modo geral, como algo violento e negativo, onde seus membros eram vândalos e marginais.

No início as torcidas organizadas brasileiras não tinham como único objetivo o torcer e vibrar por determinado time nos estádios de futebol durante os jogos, mas também foi um jeito que os jovens da periferia encontraram para suprir a falta da educação e do lazer.

Na época da criação das primeiras torcidas organizadas o Brasil vivia um momento em que o capital falava mais alto que o social, o que acabou afetando as classes mais baixas que dependiam do governo para questões como saúde e educação.

Os clubes contam com a presença da Polícia Militar como segurança no estádio. A falha, pode-se assim dizer, está na falta de preparo que os policiais tem para lidar com o público que frequenta os jogos de futebol, os torcedores. Há diferença entre uma ação para conter uma torcida que está ameaçando entrar em conflito e uma grande manifestação de rua, por exemplo. A falta de preparo da Polícia Militar acaba por, algumas vezes, agravar a briga. Nem todos os torcedores que provocam violência nos estádios são violentos fora daquele espaço, muitas vezes os mesmos estão tomados pelos sentimentos que afloram durante uma partida.

Os sentimentos que uma partida de futebol pode gerar em um torcedor presente no estádio são muitos, variam de amor a ódio, de alegria a tristeza, sentimentos esses que, muitas vezes, acabam por “pesar” mais do que a própria consciência social do torcedor, fazendo com que ele aja de forma que, fora daquele espaço, repudia.

No entanto, o artigo 28, I, do Código Penal Brasileiro não exclui a punibilidade penal do agente que agir por emoção ou paixão. Ou seja, mesmo que a psicologia possa explicar o motivo de torcedores agirem de forma que a eles não pertencem fora dos estádios, o mesmo ainda será punido de acordo com o crime que cometeu.

O Estado prefere investir no caminho rápido e ineficaz que é impedir alguns torcedores de frequentarem estádios (e ainda sim não há fiscalização) ou determinar que tal partida seja com torcida única, ou seja, apenas torcedores do clube do estádio poderiam estar presentes no jogo. Por mais que essas medidas no papel sejam atraentes,

elas, por si só, não conseguem controlar e muito menos diminuir a violência nos estádios.

O caminho eficaz que o Estado, junto com os clubes de futebol brasileiros, deve tomar é o do diálogo, como ponto de partida. Ambas as partes devem ser ouvidas, tanto os torcedores quanto os clubes e o Estado. Com o vínculo criado entre os envolvidos serão mais positivas as medidas e estratégias a serem tomadas e aplicadas para que brigas relacionadas a futebol e envolvendo torcedores diminua cada vez mais.

O Marco de Segurança no Futebol, lançado em 2016, deve ser utilizado como guia primário para planos de ação em dias de jogo, no documento há diretrizes para que, em dias de jogo, a segurança seja presente e efetiva. Porém, mesmo sendo um grande avanço, tal marco tem como subtítulo: “guia de recomendações para atuação das forças de segurança pública em praças desportivas”. Ou seja, ainda trata-se de uma recomendação e não uma obrigação.

O futebol, como parte importante da cultura brasileira, deve ser tratado com mais atenção e apreço pelas autoridades. Fazer com que os estádios sejam, novamente, um ambiente familiar deveria ser pauta principal quando o assunto é a segurança dos torcedores. Há diversos estudiosos em desporto no Brasil dispostos e capazes para pensar, criar e aplicar medidas eficazes contra a violência nos estádios de futebol que deveriam ser postos em ação.

O Brasil, sendo o “país do futebol”, não deveria punir antes de prevenir. As torcidas organizadas hoje, deixando de lado a violência inegável presente nas mesmas, se tornaram parte do espetáculo futebolístico. Os cantos, as danças, a bateria, bandeiras, vestimentas e a festa promovida por elas já fazem parte de toda qualquer partida de futebol. Aplicar penas ineficazes e até mesmo extraordinárias não é procurar acabar com o problema da violência, mas sim escondê-la.

O Marco de Segurança no Futebol traz o princípio da dignidade da pessoa humana, onde todos os torcedores devem ser tratados com respeito e que não seja tolerada nenhuma violação a direitos garantidos aos cidadãos brasileiros elencados na Constituição Federal de 1988.

Proibir bandeiras, bateria e vestimentas das torcidas organizadas não impedirá que os associados compareçam aos jogos. Excluir determinada torcida organizada dos estádios por certo tempo não irá impedir com que os associados também compareçam aos jogos, já que é quase impossível controlar todos os membros de uma torcida organizada. Determinar jogos com torcida única não irá impedir que torcidas rivais se encontrem fora dos estádios. Não criar medidas obrigatórias e fiscalizar com rigor as mesmas não adiantará nada.

No entanto, todo esse planejamento para acabar com a violência entre torcedores não pode partir só do Estado, como dito anteriormente, é necessário que haja a colaboração do máximo de torcidas organizadas brasileiras.

Há algumas torcidas que realmente seguem o exposto no Estatuto do Torcedor e faz o registro completo de todos seus membros, como por exemplo, a torcida “Camisa 12” do Sport Club Internacional. Tal registro proporciona aos diretores das associações um maior controle caso seja necessário punir algum integrante da torcida organizada.

O registro de todos os membros das torcidas organizadas deve ser efetivado e registrado como qualquer outro tipo de associação. Tal controle auxiliaria não só a diretoria das organizadas, mas também o Estado, como por exemplo, caso tenha ocorrido briga em determinado estádio, há a possibilidade de se fazer um reconhecimento dos envolvidos, com o fim de puni-los.

A maioria das torcidas organizadas não querem membros que possam sujar a imagem da organizada. A Associação Nacional das Torcidas Organizadas defendem tal ponto de vista de que deve haver sim a punição aos vândalos, mas que tal penalidade não afete toda uma torcida organizada. Aqui entra novamente a necessidade de um registro completo de todos os membros de determinada associação.

A partir do momento em que regras já existentes e futuras normas forem aplicadas, há a esperança de que a violência nos estádios de futebol possa diminuir drasticamente.

Os clubes de futebol precisam dar maior atenção para suas torcidas organizadas. Não há como negar que os membros de tais torcidas fazem parte do espetáculo, porém,



os times não podem deixar de ser também um agente fiscalizador. A violência provocada pela torcida de determinado clube mancha a imagem do mesmo. Deve haver a obrigação dos times em punir seus torcedores violentos. A responsabilidade de aplicar medidas preventivas e punitivas para erradicar a violência não é somente do Estado. As torcidas organizadas tem uma relação íntima com seus clubes, portanto, os mesmos deveriam se preocupar com a imagem que as associações passam para a sociedade.

A mídia tem um papel importante na imagem das torcidas organizadas. Não se pode negar que há violência nas torcidas, porém, os veículos midiáticos acabam por passar aos telespectadores a ideia de que toda organizada é violenta, de que todo membro de uma torcida organizada é um vândalo. Tal papel realizado pela mídia colabora não só com o péssimo estereótipo das torcidas organizadas mas como também pode ser, muitas vezes, uma mola propulsora para o confronto entre torcidas rivais.

Outro problema que deve ser pauta do governo é a educação. Desde seu surgimento até os dias atuais, as torcidas organizadas são compostas pela maioria de homens jovens, pretos e pobres, vindos da periferia onde o Estado não cumpre integralmente a necessidade de saúde e educação. A falta de estudo faz com que os jovens se prendam a algo como parte de si mesmo, que no caso tratado, são as torcidas organizadas. A educação precária também afeta as oportunidades de emprego que os jovens perdem.

O significado das torcidas organizadas é muito maior do que simplesmente torcer pelo seu time. É fazer parte de algo maior, de um grupo que promove o sentimento de pertencimento a uma tribo. Faz com que jovens tenham algo para preencher a falta do lazer que o Estado deveria proporcionar.

Portanto, não serão eficazes somente a criação e aplicação de regras para combater a violência e punir os vândalos. Por trás de todo comportamento rejeitado pela sociedade e pelos ordenamentos há uma terrível falha do governo perante seus governados.

É necessário que haja um estudo prévio dos motivos de existirem tantas torcidas organizadas no Brasil e o pretexto para que ocorram brigas entre as mesmas. É através

do diálogo que o problema pode ser resolvido ou pelo menos amenizado. Um diálogo entre representantes das torcidas organizadas, como a Associação Nacional de Torcidas Organizadas, e o Ministério do Esporte, por exemplo, que poderão surgir providências para que o futebol brasileiro não se manche ainda mais com a violência nos estádios.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AFONSO DA SILVA, José. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros, 2001.

ALVIN, Bianca. **Mídia Esportiva e futebol na construção da cidadania brasileira**. Rio de Janeiro: XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 2009.

ANDRADE, Lédio Rosa de. **Aproximando a psicologia do direito**. Campinas: Millennium, 2007.

BUFORD, Bill. **Entre os vândalos**. Companhia de Bolso, 2010.

CABEZÓN, Ricardo de Moraes. **Manual de direito do torcedor**. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

CAPEZ, Fernando. **Violência no futebol**. In: LERNER, J. (ed). A violência no esporte. São Paulo, 1996

CARVALHO, Anderson Tonnera de. **O comportamento humano nas organizações**. 2013. <<http://zip.net/bttLnQ>>

CASTILHO, Paulo Sérgio de. **Ações práticas e propostas legislativas de combate à violência no futebol: a criminalização é o caminho?** São Paulo: F.P.F., 2010.

CORRÊA, Fabricio da Mata. **O poder da mídia sobre as pessoas e sua interferência no mundo do direito**. JusBrasil, 2013. Disponível em: <<http://zip.net/bwtJxz>>. Acesso em dezembro de 2016.

DECAT, Scheyla Althoff. **Direito Processual Desportivo**. Belo Horizonte: Del Rey, 2014.

DESGUALDO, Juliana Leandra Maria Nakamura Guillen. **Dimensionamento do poder da mídia na sociedade da informação**. Revista da Faculdade de Direito da Universidade São Judas Tadeu. São Paulo, 2014.

**Direito desportivo & esporte: temas selecionados**. – Vol.4 / Instituto de Direito Desportivo da Bahia (Iddba); Instituto Mineiro de Direito Desportivo (Imdd). (Orgs.) Salvador: Dois de Julho, 2012.

FRANKLIN, Giselle Leite. **A liberdade de associação como condição indispensável ao progresso**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIV, n. 89, jun 2011. Disponível em: <<http://zip.net/bhtJ8T>>. Acesso em julho 2016.

GUILHON, Marcelo Faria. **Sob a pena da lei: princípios constitucionais, o Estatuto do Torcedor e o cerco às torcidas organizadas no Brasil**. Esporte e Sociedade, ano 9, 2014.

HOLLANDA, Bernardo Borges de; AZEVEDO, Anna Luiza; QUEIROZ, Ana Luisa. **DAS TORCIDAS JOVENS ÀS EMBAIXADAS DE TORCEDORES: UMA ANÁLISE DAS NOVAS DINÂMICAS ASSOCIATIVAS DE TORCER NO FUTEBOL BRASILEIRO**. Recorde: Revista de História do Esporte, Volume 7, número 1, janeiro-junho de 2014.

**Marco de Segurança no Futebol**. Secretaria Nacional de Segurança Pública e Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, 2016

MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO Cláudia Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. São Paulo: Saraiva, 2009.

MORAES, Alexandre de. **Direitos e garantias individuais: direitos de reunião e associação**. Revista de Direito Constitucional e Internacional. São Paulo. v.8. n.31. abr./jun. 2000.

MOTTA, Joaquim. **Gol guerra e gozo: o prazer pode golear a violência**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

MURAD, Mauricio. **A Violência no Futebol - Novas pesquisas, novas ideias, novas propostas**. Benvirá, 2017.

OLIVEIRA, Olga Maria Boschi Aguiar de. **Monografia Jurídica: orientações Metodológicas para o Trabalho de Conclusão de Curso**. 3.ed.rev e aum. Porto Alegre: Síntese, 2003.

PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. **Violência entre Torcidas Organizadas de Futebol**. São Paulo, 2000.

PIMENTA, Carlos Alberto. **Torcidas Organizadas de Futebol: Identidade e identificações, dimensões cotidianas**. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

REIS, Heloisa Helena Baldy dos. **Futebol e violência**. Campinas: Armazém do Ipê/Fapesp, 2006.

RODRIGUES, Aroldo; ASSMAR, Eveline Maria Leal; JABLONSKI, Bernardo. **Psicologia Social**. 29. Ed. Revista e atualizada. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

SCHMITT, Paulo Marcos. **Regime Jurídico e Princípios do Direito Desportivo**. Disponível em <<http://zip.net/bstKHd>>. Acesso em: jan/2017.

SLAIBI FILHO, Nagib. **Da Associação no Novo Código Civil**. In: Revista de Direito

do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, nº 60, jul./set 2004.

TOBAR, Felipe Bertasso; CAPPATTI Hermenegildo; LIMA, Vanderlei de. **O protagonismo das torcidas organizadas na promoção da paz**. Amparo: Vanderlei de Lima, 2012.

TOBAR, Felipe; **O uso da segurança privada nos estádios nacionais como meio necessário para redução da violência entre torcedores**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

VIEIRA, Ricardo Alexandre Guerra; SIQUEIRA, Gisele Rocha de. **Violência entre torcidas nos estádios de futebol: uma questão de Saúde Pública**. 2008.

WAMBIER, Pedro. **O direito desportivo e sua respectiva Justiça: uma breve explicação**. JusBrasil, 2014. Disponível em: <<http://zip.net/bqtKZS>>. Acesso em agosto de 2016.